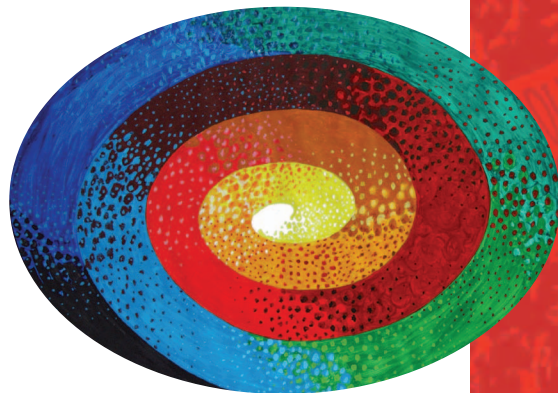


SOCIALISMO EM DISCUSSÃO

OCTAVIO IANNI
BENEDITA DA SILVA
GEVANILDA GOMES SANTOS
LUIZ ALBERTO SANTOS



O NEGRO E O SOCIALISMO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

DESDE NOSSA COLONIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS, A QUESTÃO RACIAL E A QUESTÃO NACIONAL TÊM RELAÇÃO DIRETA COM A DISCRIMINAÇÃO — VELADA OU EXPLÍCITA — SOFRIDA PELOS NEGROS EM DIVERSOS ÂMBITOS. NAS PALAVRAS DE OCTAVIO IANNI, TRATA-SE DE UMA QUESTÃO QUE “SEMPRE FOI, TEM SIDO E CONTINUARÁ A SER UM DILEMA FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO, CONFORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA”. NESTE VOLUME DA COLEÇÃO *SOCIALISMO EM DISCUSSÃO* É ABORDADA A RELAÇÃO NEM SEMPRE TRANQUÍLA ENTRE AS ESQUERDAS E A QUESTÃO RACIAL, E COMO ISSO AFETA OS PARTIDOS E O MOVIMENTO NEGRO.



ISBN 85-7643-011-8



9 788576 430117

Socialismo em discussão

O NEGRO E O SOCIALISMO

Octavio Ianni
Benedita da Silva
Gevanilda Santos
Luiz Alberto Silva Santos



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Hamilton Pereira – presidente
Ricardo de Azevedo – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Editora Assistente

Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura

Revisão

Valter Pomar
Márcio Guimarães de Araújo

Capa, Ilustrações e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Anatomy of a Cosmic Egg, de Samuel Santiago

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Gráfica Bartira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)
O negro e o socialismo / Octavio Ianni... [et. al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. – (Coleção Socialismo em Discussão)
Outros autores: Benedita da Silva, Gevanilda Santos, Luiz Alberto Silva Santos ISBN 85-7643-011-8
1. Brasil - Relações raciais 2. Discriminação racial - Brasil 3. Negros - Brasil 4. Negros - Condições sociais. 5. Racismo - Brasil 6. Socialismo I. Ianni, Octavio. II. Silva, Benedita da. III. Santos, Gevanilda. IV. Santos, Luiz Alberto Silva. V. Maringoni, Gilberto.
04-6872 CDD-305.896081
Índices para catálogo sistemático: 1. Brasil: Negros e a sociedade: Problemas raciais: sociologia 305.896081

1ª edição: janeiro de 2005 – Tiragem: 3 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpabramo.com.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2005 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-7643-011-8

Este livro reproduz o debate do Seminário “O negro e o socialismo”, promovido pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação Política do Partido dos Trabalhadores, que aconteceu em São Paulo em 22 de outubro de 2001.

O negro e o socialismo

<i>Octavio Ianni</i>	7
----------------------------	---

Comentários

<i>Benedita da Silva</i>	15
--------------------------------	----

<i>Gevanilda Santos</i>	21
-------------------------------	----

A luta contra o racismo na esquerda brasileira	21
--	----

Relações raciais no interior da classe trabalhadora	24
---	----

O Núcleo Negro Socialista: a luta de combate ao racismo sob a hegemonia da matriz ideológica da esquerda	26
---	----

O embate político-teórico sobre o racismo	30
---	----

A reação ao projeto do Núcleo Negro Socialista	32
--	----

Uma interpretação da relação entre raça e classe	36
--	----

O negro e o socialismo

<i>Luiz Alberto Silva Santos</i>	39
--	----

Escravidão e capitalismo	39
--------------------------------	----

Uma crítica fundamental às esquerdas	42
--	----

<i>Octavio Ianni</i>	45
----------------------------	----

Debate com o público

<i>Carioca</i>	49
<i>Tarcísio Geraldo Faria</i>	50
<i>Aparecido Alexandre da Silva</i>	50
<i>Edmar Silva</i>	51
<i>Luiz Alberto Silva Santos</i>	51
<i>Benedita da Silva</i>	53
<i>Gevanilda Santos</i>	55
<i>Octavio Ianni</i>	57
<i>Geralda</i>	62
<i>Paulo Henrique</i>	62
<i>Alexandre Santana</i>	63
<i>Weber</i>	64
<i>José Mauro Casemiro</i>	64
<i>Gilson Negão</i>	65
<i>Cláudio Pastor</i>	65
<i>Góes</i>	66
<i>Jorge Luiz Aparecido Mateus</i>	66
<i>Clara Charf</i>	67

Respostas

<i>Octavio Ianni</i>	69
<i>Gevanilda Santos</i>	70
<i>Benedita da Silva</i>	72
<i>Luiz Alberto Silva Santos</i>	77

Sobre os autores	81
-------------------------------	----

O negro e o socialismo

Octavio Ianni

O Brasil pode transformar-se em nação, em Estado-nação, em uma fluente conjugação entre sociedade civil e Estado, se os partidos políticos e os movimentos sociais de base popular empenharem-se em encaminhar e lutar pela resolução da “questão regional” e da “questão racial”.

Além de outros problemas muito importantes, relativos à contradição “trabalho e capital”, às relações de gênero e ao contraponto sociedade e natureza, cabe reconhecer que as questões regional e racial são fundamentais. Trata-se de problemas que afetam as condições de integração entre sociedade civil e Estado. São problemas que a peculiar “revolução burguesa” desenvolvida no Brasil não resolveu nem encaminhou satisfatoriamente para a grande parte da população; problemas que não interessam às classes dominantes nem resolver, nem encaminhar, sempre encobrendo-os ideologicamente ou reprimindo-os com as mais diversas e sofisticadas técnicas de violência.

Esta, portanto, é uma idéia preliminar: a *questão racial* tem relação direta e profunda com a *questão nacional*, entendendo-se que esta envolve o desafio de uma integração cada vez mais fluente, aberta, dinâmica e transparente entre amplos setores da sociedade civil e o Estado. A



rigor, a questão racial, na qual se destaca a situação do negro, pode ser decisiva para que a sociedade civil possa “educar duramente o Estado”.

Ocorre que o país tem vivido uma história extremamente problemática, de largos períodos de dissociação entre a sociedade e o Estado, nos quais se desencontram as tendências de amplos setores da sociedade civil e as diretrizes que as classes dominantes têm imposto ao Estado, aos governantes. É como se fosse uma larga história de dissociação, atravessada por tensões e reivindicações, lutas populares e golpes de Estado, diversionismos e repressão. Daí a “tese” de setores dominantes, alegando que a sociedade civil é débil, pouco articulada ou errática, motivo pelo qual o Estado deveria impor-se, dominante, como demiurgo da sociedade.

Quando se examina a sociedade brasileira desde uma perspectiva histórica ampla, tomando em conta também alguns dos seus momentos cruciais, logo fica evidente que o Brasil é um país em busca de conceito, revelando uma trajetória errática, com reorientações contraditórias.

O Brasil já foi colônia e monarquia; e tem sido República. Mas a República tem sido oligárquica e populista, militar, civil, tirania e democracia. Já foi uma província do mercantilismo e uma nação dependente; já teve um projeto de capitalismo nacional e volta a ser província, do globalismo. Definiu-se como “economia primária exportadora” nas épocas colonial e monárquica, bem como no curso da primeira parte do período republicano. Em seguida, nos anos 1930-1964, ensaiou uma “industrialização substitutiva de importações”, realizando amplamente um “projeto de capitalismo nacional”. Depois, no curso da ditadura militar e dos governos civis, desmonta-se totalmente o projeto de capitalismo nacional, compreendendo o incipiente Estado do bem-estar social, e se abre amplamente ao capitalismo mundial, transformando-se em província do globalismo; um caso exemplar da “teoria da dependência perfeita”.

Esta é a idéia: a escala e a radicalidade da questão racial no Brasil podem ser consideradas condições fundamentais não só da luta pela eliminação do preconceito racial, mas também da transformação da sociedade brasileira como um todo e, fundamentalmente, da verdadeira construção de uma sociedade nacional, articulada, viva, em movimento, que a sociedade civil e o Estado desenvolvam-se de forma articulada e fluente e que a “população” se transfigure em “povo”, no sentido de que o povo se constitui quando se compõe de “cidadãos”, de pessoas situadas e integradas, participantes e ativas, em todas as esferas da sociedade, públicas e privadas.

Esta é a perspectiva histórica e teórica na qual se pode colocar a problemática racial, em especial no que se refere ao negro brasileiro, visto como a categoria étnica e social com a qual se desenha e movimenta, forma, conforma e transforma a sociedade brasileira como um todo.

A questão racial sempre foi, tem sido e continuará a ser um dilema fundamental da formação, conformação e transformação da sociedade brasileira. Está na base das diversas formas de organização social do trabalho e dos jogos das forças sociais, bem como das criações culturais. Praticamente tudo o que constitui a economia e a sociedade, a política e a cultura, compreende sempre algo ou muito da questão racial. Os longos períodos de tirania realizam-se com ampla ou total exclusão do negro e outras etnias, assim como os episódicos períodos de democracia realizam-se com alguma participação do negro e de outras etnias.

No curso da história da sociedade brasileira, compreendendo os períodos colonial, monárquico e republicano, está sempre presente e decisiva a questão racial. Aí estão o indígena e o africano, o português e o espanhol, o imigrante europeu de diferentes nacionalidades e o imigrante asiático também de diferentes nacionalidades. Dentre todos, no entanto, cabe destacar o negro, descendente do africano escravizado,

marcado pela diáspora e pelo holocausto, compondo a mais numerosa coletividade dentre as várias etnias, mesmo porque os brancos distribuem-se em distintas nacionalidades, fidelidades e identidades, sem esquecer que muitos compõem amplamente os trabalhadores assalariados, as classes e setores subalternos, mesclando-se com os negros e outras etnias em locais de trabalho, produção e reprodução. Sim, grande parte da questão racial no Brasil diz respeito ao negro, como etnia e categoria social, como a mais numerosa “raça”, no sentido de categoria criada socialmente, na trama das relações sociais desiguais, no jogo das forças sociais, com as quais se reiteram e desenvolvem hierarquias, desigualdades e alienações.

Esta é a idéia: quando refletimos sobre a presença do negro na sociedade brasileira, podemos esclarecer o presente, repensar o passado e imaginar o futuro. Se pensamos que o futuro pode ser o lugar da emancipação, da terra sem males ou do socialismo, cabe reconhecer que o negro contribui decisivamente para a invenção e a realização desse futuro, a região mais transparente.

Para avaliar a escala e a radicalidade das reivindicações sociais, econômicas, políticas e culturais do negro, como indivíduo e coletividade, pode ser fundamental reconhecer alguns aspectos muito importantes da sua presença e sofrência na formação, conformação e transformação da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, o negro foi incorporado à sociedade brasileira como *força de trabalho escrava*. Os séculos de regime de trabalho escravo compreenderam também séculos de uma vasta diáspora, acompanhada de holocausto. Além dos traumas resultantes da ruptura com as comunidades e reinos originários, desenvolveram-se os traumas da condição escrava: propriedade alheia, subordinação física e social, objeto de transações entre mercadores, senhores e seus funcionários.

Em segundo lugar, nos séculos de escravismo desenvolveram-se as *castas*, dividindo e hierarquizando principalmente senhores e escravos; além de trabalhadores “livres” preenchendo frestas e interstícios da sociedade maciçamente escravocrata, produtora de mercadorias para o mercado externo. Assim, forma-se a *casta dos senhores*, brancos, proprietários de terras e outros meios de produção, assim como de escravos, isto é, de portadores de força de trabalho; e forma-se a *casta dos escravos*, trabalhadores sem voz, sujeitados física e socialmente às condições de trabalho no eito, em ofícios, no engenho e na casa-grande.

Esta é uma feição importante do escravismo: aí desenvolve-se uma cultura política essencialmente autocrática, na qual o trabalhador aparece apenas como indivíduo e coletividade a serem tutelados, controlados, administrados, confinados na senzala. Note-se que as castas distinguem-se pela posição que os seus membros ocupam no processo de trabalho e produção, compreendendo a distribuição, a troca e o consumo, isto é, a repartição desigual – extremamente desigual – do produto do trabalho coletivo; distinguem-se também pela condição étnica, ou seja, distribuídos em brancos e negros, estes muitas vezes mesclados com indígenas ou mestiços de negros, índios e brancos de diferentes nacionalidades. A divisão, a hierarquização é acentuada, reiterada, administrada, preservada e aperfeiçoada, tanto pelos ordenamentos jurídico-políticos como pelas “teorias científicas”, codificadas em termos de “evolucionismo”, “darwinismo social”, “arianismo” e outras denominações.

Terceiro: a formação social escravocrata, apoiada principalmente na força de trabalho do escravo africano e seu descendente, torna-se uma poderosa *fábrica de preconceitos* de todos os tipos, dentre os quais destaca-se o racial. Esta é a realidade: o *racismo* tem raízes nos séculos de escravismo, reiterando-se e desenvolvendo-se, ou recriando-se, no curso dos diversos períodos em que se divide o regime republicano,

permeando o agrarismo e o industrialismo, a ruralidade e a urbanidade, os espaços públicos e privados, leigos e religiosos, governamentais e empresariais. Mesmo porque o regime de *trabalho livre* é também uma fábrica de desigualdades, hierarquias, tensões, antagonismos e lutas; assim como de intolerâncias, preconceitos e, inclusive, segregações. Note-se, pois, que o *preconceito racial adquire todas as características de uma poderosa técnica de dominação*, compreendendo desde o controle e a administração até a segregação ou o próprio confinamento.

Quarto: aos poucos, no entanto, as “elites” dominantes, compreendendo não somente proprietários, mas também membros do clero, das Forças Armadas e da intelectualidade desenvolvem alguns *mitos particularmente cruéis* sobre a história da sociedade brasileira. Dizem e repetem, contínua e reiteradamente, que a história do Brasil é uma história de “revoluções brancas”; que situações conflituosas resolvem-se pela “conciliação”; que o brasileiro é um “homem cordial” e que o país é uma “democracia racial”. É como se fosse uma sociedade “lusotropical”, um tanto pagã e macunaímica; como se não tivesse problemas, ou na qual os problemas não parecem graves. Uma sociedade em que a ideologia dominante, criada e recriada no curso dos tempos, dissolvesse problemas e arestas, impasses e antagonismos, ao mesmo tempo que a violência flui, perversiva, pelos mais diversos círculos da sociedade.

Quinto: portanto, o negro se defronta com uma história difícil, uma longa *história de alienação*; e, simultaneamente, uma ideologia racial evasiva, enganosa, perversiva, cruel, com a qual os donos do poder, as “elites”, compreendendo inclusive intelectuais, recobrem, elidem ou simplesmente apagam a realidade social, as condições excepcionalmente difíceis em que são colocados pela intolerância racial camuflada, ambígua, enganosa, subreptícia. Uma intolerância que penetra todos os círculos de convivência social, desde o trabalho até a política, da educação à religião, das organiza-

ções públicas às privadas, impregnando amplamente subjetividades, modos de ser, sentir, pensar, agir, compreender, fabular.

Essas, em forma breve, são algumas das principais origens e dos principais desenvolvimentos da escala e da radicalidade das reivindicações sociais, econômicas, políticas e culturais do negro como indivíduo e coletividade.

É óbvio que a *questão social* pode ser o fermento mais importante da transformação da sociedade brasileira, de uma sociedade de classes para uma sociedade sem classes, reconhecendo-se que o negro tem uma participação decisiva na composição e nos movimentos da questão social. Em larga medida, foi a questão social que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É assim que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes. Mas na sociedade de classes o trabalhador “livre” está hierarquizado em branco e negro, imigrante europeu e ex-escravo, índio, asiático, africano e ibérico; todos distribuídos desigualmente na estrutura da sociedade, participando desigualmente do produto do trabalho coletivo. Há várias hierarquias, barreiras, intolerâncias, discriminações e também segregações. É como se o tecido da sociedade estivesse pouco articulado, subdividido em diferentes estratos estanques, alheios, estranhos. E esta tem sido uma das condições a partir das quais as “elites”, os donos do poder, exercem seu mando e desmando. Estão sempre empenhadas em manter o povo disperso, desunido, fragmentado, em termos sociais, étnicos, de gêneros, religiosos, regionais e outros aspectos. Sim, as “elites”, compreendendo não só políticos e empresários, mas também setores militares e religiosos, bem como intelectuais, direta e indiretamente empenham-se em dispersar o povo, mantê-lo fragmentado, tanto no espaço da sociedade nacional como em seus diversos setores sociais.



Mais uma vez, esse é o cenário no qual o negro revela-se uma categoria social importante, decisiva. A envergadura e a radicalidade de sua situação no curso dos séculos, continuando inclusive no início do XXI, são determinações fundamentais de sua presença e sua perspectiva, altamente decisivas para a transformação da sociedade de classes em uma sociedade sem classes.

Esta é a tese: o preconceito racial é uma técnica de dominação, por meio da qual subordinam-se amplos setores da sociedade: homens e mulheres, crianças, adultos e velhos, trabalhadores assalariados da cidade e do campo, na agricultura, na indústria e nos serviços. O preconceito racial e o preconceito de classe mesclam-se em intolerâncias de vários tipos, manifestas em várias linguagens, com as quais se excluem, confinam ou administram os que são obrigados a vender sua força de trabalho para viver. Esta é a realidade: a raça e a classe são constituídas, simultânea e reciprocamente, na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais. Essa é a fábrica da dominação e da alienação, que pode romper-se quando uns e outros, assalariados de todas as categorias, simultaneamente negros e brancos, em suas múltiplas variações, compreenderem que sua emancipação implica a transformação da sociedade: desde a sociedade de castas até a de classes, desde a sociedade de classes até a sociedade sem classes.

Na sociedade sem classes todos podem realizar-se como pessoas, indivíduos e coletividades. As diversidades não se transformam em desigualdades, distintas modalidades de alienação. Os distintos traços fenotípicos não se transformam em estigmas. Ao contrário, as diversidades de todos os tipos participam da formação, conformação e transformação policrônica e polifônica da sociedade.

Comentários

Benedita da Silva

Boa tarde a todas e a todos. É sempre muito difícil falar depois de uma intervenção de Octavio Ianni.

Quero, primeiramente, saudar esta iniciativa, porque discutir hoje o socialismo e sua relação com a questão racial é para nós, sem dúvida, uma novidade. Até porque o hábito natural entre os intelectuais, os pensadores, os críticos é discutir um socialismo sem esse recorte, seja racial ou de gênero, e é extremamente importante iniciarmos aqui um debate com esse recorte. Temos muito a contribuir nesse debate, intelectuais ou não, na medida em que a realidade brasileira impõe que a discutamos ideologicamente e faz que possamos, identificados na questão colonial, ver as marcas da questão racial.

Não sei como até hoje alguns pensadores conseguiram falar, pensar e produzir sem ressaltar essa referência racial; por isso reflito que o pensamento de Octavio Ianni é esclarecedor quando nos traz essa face do socialismo em que, em sua opinião, está explícita essa presença racial, porque, quando se fala de povo, evidentemente estamos falando do negro, pois somos a maioria dos brasileiros. Mas isso não é o óbvio ululante nas formulações políticas, nos debates programáticos, por isso é inédito



para nós estarmos hoje nesta mesa para falarmos de tal assunto. Temos na colonização esta marca racial, que nós identificamos no Brasil como composta de negros, brancos e índios. E não só pela história oficial, mas pelo que detectamos por meio da fala de Octavio Ianni, essa exploração do homem pelo homem não tem recorte de gênero nem recorte racial, porque o negro já chegou escravo; o índio foi “descoberto” e o branco tornou-se o grande colonizador. Octavio Ianni considera em seus estudos essa fragmentação e a questão de classes e castas. Essa fragmentação tem de ser tratada, uma vez que estamos numa sociedade de classes e existe uma exploração do homem pelo homem! Se queremos uma nova sociedade, essa discussão não pode ser *en passant*, colocada apenas na relação capital–trabalho. É evidente que quem está sendo explorado na relação capital–trabalho tem gênero, etnia, local de moradia.

A marca racial nos preconceitos que vão discriminando e contribuindo com a exclusão tem de ser notável na nossa discussão sobre o socialismo em que acreditamos. Que socialismo nós, negros, queremos? Deverá ser um socialismo baseado pura e simplesmente nas peças teóricas produzidas até então, nos modelos que conhecemos, ou ele tem de estar eminentemente voltado para uma cultura nacional em que encontrará, certamente, as contradições existentes no mito da democracia racial brasileira?

É lógico que questões de classes sociais, dialeticamente relacionadas às questões raciais, têm de ser evocadas. Não é possível que não tenhamos esse privilégio de darmos essa contribuição num momento tão rico como esse, em que estamos buscando construir uma nova sociedade. Para a construção do socialismo, temos de rediscutir a relação capital–trabalho com recorte racial para que possamos ter a compreensão deste recorte não como elemento de discurso e denúncia de um movimento específico dos negros ou peça instrumental de um teórico,

mas como uma problemática nacional que, portanto, deve ser discutida e colocada como prioridade.

Temos visto a discriminação racial, por vias transversais, unir a direita e a esquerda. A direita acredita, ou finge acreditar, no mito da democracia racial, e a esquerda, por sua vez, quer derrubar o capitalismo, mas aí é apenas a questão de classe que está colocada, a discussão da referência racial não foi aprofundada teoricamente. Então, temos uma grande exclusão, e eu não acredito em um socialismo que não tenha um recorte racial e de gênero.

Como tratar disso numa peça teórica sobre o socialismo em que essas questões não estão tão óbvias, como mostrou a intervenção aqui feita por Octavio Ianni? Quando falamos de povo, certamente falamos do negro. Mas essa visibilidade é inexistente, por isso é preciso tornar visível essa inclusão teórica, problemática, programática do socialismo com esta cara. Aí, sim, estamos verdadeiramente incluídos e começamos a fazer uma discussão de nível, porque até então a discussão excluía um determinado segmento. Conclamamos os pensadores, que têm acumulado produção intelectual, mas não têm conseguido questionar mais, a contribuir formulando uma nova política e uma nova concepção de socialismo para nós.

Unir as questões do negro e do socialismo é um desafio principalmente para nós que somos oriundos de movimentos negros, identificados como organizados (forma que eu não gosto de usar, porque a sociedade, na minha concepção, se organiza de diferentes formas, e não posso dizer que aqueles que não estão organizados num determinado movimento estejam desorganizados no outro). Octavio Ianni fala da necessidade de que os movimentos se encontrem e de que possamos acumular força dentro desses movimentos e termos esse viés colocado como prioridade. Então, quando formos discutir a reforma agrária, vamos discutir as ter-

ras dos negros, rediscutir os remanescentes dos quilombos nesse contexto. Quando formos discutir a questão de salário, vamos discutir a diferença existente entre o salário que se paga para um branco e o salário que se paga para um negro na mesma função. Quer dizer, essas questões vão sendo introduzidas no debate da sociedade na medida em que essa referência seja uma referência racial.

A revolução social está realmente vinculada a uma desagregação da produção, uma revolução das elites para as elites. Ora, se existe uma revolução das elites para as elites, nossa proposição é fazer uma nova revolução, em que estaremos implantando o socialismo como o melhor sistema humanitário de igualdade e de justiça. Portanto, temos de repensar esse complexo de privilégios criados nesses padrões de comportamento, de valores da ordem social arcaica que excluiu a comunidade negra. É evidente que é sob esses padrões de comportamento, de concepções, que convivemos na sociedade brasileira. Se estamos, como povo, intrínsecos nessa questão, é importante ressaltar que nós, negros, não temos essa visibilidade; reproduzimos comportamentos e valores da nossa sociedade e não tivemos a oportunidade de formular uma política ou uma nova diretriz a partir da qual pudéssemos inferir essa diferença e, por conseguinte, fazer que os diferentes sejam tratados com igualdade. Somos ainda os que não estão nos bancos das universidades, que não estão formulando políticas, que não estão num partido político ou sequer numa associação de moradores. Estes somos nós. Mas é preciso romper esse complexo de privilégios e começar a formular, a dar visibilidade e voz para que esses setores sejam contemplados.

Cento e treze anos da Abolição e a avassaladora tendência à mercantilização de direitos e prerrogativas sociais. Isso é o que estamos vivendo. Prerrogativas das classes. E quando as classes populares buscam

seus direitos, encontram dentro desse contexto um grande enfrentamento. Quais instrumentos encontramos nessa classe popular em que majoritariamente nós, negros, estamos inseridos, para que possamos fazer essa disputa necessária num processo altamente excludente, numa ação globalizada de um projeto neoliberal?

Como fazer? É evidente que temos de mudar isso, porque estamos hoje convertidos àquelas prerrogativas das classes populares, aos bens ou aos serviços adquiríveis no mercado. E aí tratamos de seguridade social, educação, saúde, mas não passamos de mercadorias intercambiadas entre fornecedores e compradores. E não temos sequer como comprar. Aí está uma situação realmente transparente para aqueles que formulam essas políticas, mas também para todos os que têm na sua ideologia o sonho do socialismo.

Acredito que essa iniciativa brilhante de Octavio Ianni por si já traz para o Partido dos Trabalhadores um grande desafio, que está colocado em medidas que podemos considerar paliativas do ponto de vista da concepção de políticas públicas, as ações afirmativas.

Estamos numa discussão sobre reparação, sobre ações de equidade, ações afirmativas como, por exemplo, as cotas, e temos de estar atualizadíssimos nesse debate. O Partido dos Trabalhadores será o grande instrumento para essa grande virada que nós, classe trabalhadora, precisamos realizar nesse contexto para a instalação de uma nova ordem social. Essa nova ordem social terá as cores do Brasil.

Comentários

Gevanilda Santos

A luta contra o racismo na esquerda brasileira – A década de 1970 é um marco importante para a história do Movimento Negro Brasileiro. Ela inaugurou uma nova fase da luta em defesa dos direitos da população negra.

Nessa nova fase, as diversas instituições brasileiras foram averiguadas quanto à existência de desigualdade sociorracial e à possibilidade de integrar o negro na sociedade de classes, para usar as palavras do sociólogo Florestan Fernandes.

Ao longo da década de 1980 a atuação das representações do Movimento Negro Brasileiro em suas diversas vertentes – cultural, recreativa, religiosa ou política-reivindicatória – unificava a perspectiva de denunciar, de forma particular ou geral, a situação de desvantagem social da população negra. A unidade de ação gravitava em torno da denúncia do racismo e da condição de classe dos trabalhadores negros.

Ao mesmo tempo, a leitura marxista das categorias de raça e de classe adquire novo sentido histórico e teórico. Considerando o pressuposto marxista geral de que o processo de produção e reprodução capitalista não gera apenas coisas, ou seja, mercadorias, mas principalmente relações



sociais de dominação e opressão. A implicação desse pressuposto foi observada em relação à raça e ao gênero. O maior desafio teórico era compreender o racismo e o machismo na interface com a luta de classes. A exploração econômica da população negra e a opressão social passam a ser consideradas decorrências do capitalismo e do racismo.

É dentro desse marco histórico que podemos falar do surgimento de novos referenciais teóricos à compreensão da relação entre raça e classe. O racismo passa a ser explicado como uma decorrência das relações sociorraciais desiguais e, como tal, se constitui em mais uma contradição da sociedade capitalista e autoritária a ser superada no processo de democratização da sociedade brasileira.

A trajetória da categoria “raça” foi reinterpretada politicamente para afirmar a identidade racial do negro brasileiro, mobilizar ação de protesto contra o racismo e denunciar o mito da democracia racial. O primeiro passo já estava dado. O passo seguinte foi reinterpretar a categoria “raça” na dinâmica da sociedade de classes brasileira.

A gênese autoritária do Estado brasileiro passa a ser reconhecida no processo da abolição da escravatura, que ocorreu sem nenhuma reparação social para os ex-escravos, na política de importação de mão-de-obra imigrante e assalariada e no caráter elitista da proclamação da República.

As modernizações lentas, graduais e conservadoras do capitalismo no Brasil – no período nacionalista de Getúlio Vargas ou na fase de abertura ao capital internacional, desde Juscelino Kubitschek até a fase pós-ditadura militar de 1964 – lograram a exclusão da população negra por falta de mobilidade social nos marcos da competição capitalista. A integração do negro na sociedade de classe sob um modelo jurídico de Estado autoritário e disciplinador da classe trabalhadora começa a ser questionada.

A partir da década de 1970 os movimentos sociais, os partidos políticos de oposição, oficiais ou clandestinos, foram aliados estratégicos na

luta contra o capitalismo. O novo desafio era construir essa mesma aliança na luta contra o racismo. A nova estratégia anunciada era dialogar com aqueles setores da sociedade brasileira para testar a hipótese do amadurecimento das relações democráticas nos marcos de uma sociedade socialista.

Não estamos afirmando que naquele momento essa nova estratégia de combate ao racismo tenha solucionado definitivamente tal problemática. Apenas queremos registrar que a partir de então ocorreu o desnudamento das contradições das relações sociorraciais brasileiras nas várias esferas da sociedade, inclusive das organizações de esquerda.

Nesse período podemos falar do surgimento do Núcleo Negro Socialista. Veremos adiante um breve histórico desse organismo mais à esquerda do Movimento Negro Contemporâneo, que estimulou um debate acerca do significado da correlação entre ser negro e ser branco numa estrutura capitalista ou socialista. A elaboração teórica e a intervenção política do Núcleo Negro Socialista chamaram a atenção para as variáveis da relação de raça e classe, de forma não mais hierárquica, mas sim interdependente, a fim de obter maior objetividade nas relações sociais de um país cuja formação social foi construída na simbiose entre capitalismo e escravidão.

A condição da pobreza da população negra – um fator decorrente da exploração da classe dos trabalhadores – começa a ser mais investigada e questionada. O pensamento social que insistia em negar a existência do racismo no interior da classe trabalhadora brasileira, alegando a centralidade da contradição entre capital e trabalho, foi denominado pensamento marxista ortodoxo.

Estava aberto o debate entre marxismo e diversidade cultural no interior da classe trabalhadora. O marco histórico deste pensamento foi Florestan Fernandes, com sua obra *A integração do negro na socie-*

1. Ver PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1972, 4ª ed.; RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Editorial Andes, 1957; IANNI, Octavio. *Capitalismo e racismo* (1972), *Escravidão e racismo*. São Paulo, Hucitec, 1978; *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987; GONZÁLEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos A. *Lugar de negro*. São Paulo, Marco Zero, 1982; MOURA, Clóvis. *O negro, de bom escravo a mau cidadão*. Rio de Janeiro, Conquista, 1977; *Rebeldões da senzala*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1981; *Brasil: Raízes do protesto negro*. São Paulo, Global Editor, 1983; *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988; *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, Anita, 1994.

2. Ver a história da esquerda brasileiro em REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985, 1ª ed., p. 7-22.

dade de classes (1964). Ele concluiu seus estudos sobre a revolução burguesa brasileira afirmando que ela incorporou de modo subalterno o negro na sociedade. Outros nomes representativos desse novo pensamento foram Caio Prado Jr., Guerreiro Ramos, Octavio Ianni, Lélia González, Hamilton Bernardes Cardoso e Clóvis Moura¹.

Quais foram os elementos históricos que deram forma a essa nova interpretação teórica? Vejamos um pouco desse momento histórico.

Relações raciais no interior da classe trabalhadora – A chamada esquerda brasileira tem entre suas principais matrizes teóricas e políticas duas vertentes: o marxismo-leninismo e o trotskismo².

Essa esquerda – desde a fundação do Partido Comunista (PCB) em 1922, passando pelas organizações trotskistas que se estruturaram no Brasil a partir de 1931 com a formação da Seção Brasileira de Oposição Internacional de esquerda e pelas organizações políticas que existiram no período repressivo pós-1964 – desconhece e, conseqüentemente, não debate as relações raciais no interior da classe trabalhadora brasileira.

Em documentos e cartas de princípio das organizações clandestinas da década de 1970 não havia nenhuma referência à desigualdade sociorracial brasileira. Não havia nenhuma reflexão que pudesse insinuar que o racismo também era um componente de dominação dos trabalhadores brasileiros. A única exceção foi o Partido Comunista do Brasil (PCDOB), que em seu manifesto-programa de fevereiro de 1962 mencionou posição contrária a todas as formas de racismo, referindo-se à realidade do negro brasileiro.

O argumento implícito é que a proposta classista de transformação da sociedade capitalista soluciona a problemática da população negra. Essa argumentação é resultado de uma concepção política que compreende o racismo como uma conseqüência da pobreza generalizada a

que está submetida a maioria dos negros, o que, em outras palavras, significa dizer que o único fator de discriminação social é a pobreza. A esquerda admitia o exclusivismo do enfoque capital-trabalho como a principal contradição para explicar a exploração e a opressão da população negra no Brasil.

Alguns nomes importantes da academia brasileira, como Caio Prado Jr., já haviam apontado a ortodoxia da esquerda nacional, ressaltando que

“[...] a diversidade da realidade brasileira, assim como os aspectos culturais, de modo geral, não são considerados pela esquerda brasileira. Esse desconhecimento cria obstáculos para a unificação das forças, na medida em que o discurso da vanguarda revolucionária não sensibiliza outros grupos subalternos, e que, com isso, não criam uma base social hegemônica [...]”³.

A desorientação da esquerda no Brasil em sua ação prática pode ser explicada no desconhecimento da situação da diversidade cultural e das diferentes contradições da classe trabalhadora brasileira. Sem dúvida, ao defender a perspectiva de eliminar as desigualdades econômicas da sociedade brasileira, a esquerda brasileira contribuirá para a superação do racismo, na medida em que o estabelecimento da melhoria nas condições de vida elimina o aspecto material de manifestação do racismo, isto é, a pobreza. Todavia, isso por si só não eliminará a discriminação e a desvalorização social diante dos traços culturais da matriz africana.

As organizações e os partidos de esquerda, no início da década de 1970, não possuíam prática e discurso de combate ao racismo e não dimensionavam o grau de opressão racial existente na sociedade brasileira.

Vejamos como essa situação começa a se alterar.

3. PRADO JR., Caio, *op. cit.*, p. 20.

O Núcleo Negro Socialista: a luta de combate ao racismo sob a hegemonia da matriz ideológica da esquerda – Embora a esquerda brasileira em geral não apresente um discurso de combate ao racismo, em uma de suas vertentes foi planejado um projeto de organização para a luta contra o racismo e dessa experiência surgiu em 1978 o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente denominado Movimento Negro Unificado (MNU).

O período de inserção da luta contra o racismo na perspectiva de raça/classe está intimamente ligado à experiência de várias lideranças negras dentro da esquerda, entre 1975 e 1978 e o surgimento do Núcleo Negro Socialista no interior da Convergência Socialista.

Segundo o depoimento de um militante dessa época, o MUCDR foi idealizado pelo Núcleo Negro Socialista⁴. Esse projeto político foi criado estrategicamente pelas tendências trotskistas Liga Operária e Fração Bolchevique, que acabaram fundindo-se na Convergência Socialista. Esta surgiu a partir de 1974, quando militantes da Fração Bolchevique Trotskista de São Paulo e o grupo Ponto de Partida, de tendência leninista-trotskista do Secretariado Unificado, formam a Liga Operária, a qual teve como referência internacional o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. No início de 1975 a Liga Operária realizou o II Congresso e decidiu concentrar suas forças nos movimentos operário e estudantil do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1977 realizou sua primeira conferência e mudou o nome da organização para Partido Socialista dos Trabalhadores. No começo de 1978 lançou o Movimento Convergência Socialista, cujo objetivo era aglutinar setores militantes “socialistas” para a formação de um partido socialista no Brasil⁵.

À época, a Liga Operária desenvolvia uma política de atrair negros para a tendência trotskista. Esse processo foi impulsionado no final da década de 1970 com o crescimento dessa tendência na África do Sul e

4. CARDOSO, Hamilton Bernardes. Depoimento do autor em outubro de 1989, São Paulo, Capital.

5. SILVA, Antônio Ozai. *História das tendências no Brasil*. São Paulo, Ensaio, 1990.

na Guiné-Bissau e a relativa expressão que teve nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960.

Em São Paulo, alguns militantes negros da Liga Operária que atuavam no meio universitário do eixo São Paulo–Campinas–São Carlos e alguns jornalistas do jornal *Versus*, com o propósito de intervir na luta anti-racismo, formaram o Núcleo Negro Socialista.

O projeto idealizado pelo Núcleo Negro Socialista apontava para um movimento que aglutinasse não só o negro, mas todos aqueles que sofrem discriminações: negros, mulheres, indígenas etc., o que explica a denominação inicial Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR). O objetivo fundamental era legitimar a luta contra o racismo no plano sociopolítico, ampliar a consciência racial da sociedade brasileira e oferecer formação política para as lideranças negras. Quanto à estrutura, o MUCDR possuía centros de luta formados por negros e núcleos de apoio dos outros movimentos sociais de composição plurirracial.

O caráter nacional dessa proposta foi efetivado a partir da estratégia da Liga Operária de buscar lideranças negras nos vários estados brasileiros, o que possibilitou a formação de núcleos negros socialistas em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A articulação nacional foi realizada por intermédio das comissões estaduais e de um boletim de divulgação interna que informava sobre a conjuntura política e o processo organizativo dos demais movimentos sociais.

Com a movimentação de negros de São Paulo e Rio de Janeiro, foi fundada no dia 18 de junho uma organização de combate à realidade de discriminação racial, o MUCDR. A assembléia de fundação, realizada em São Paulo, deliberou pelo lançamento público do movimento unificado com um ato de protesto ao quadro das desigualdades sociorraciais. Essa deliberação foi polêmica. A proposta do Núcleo Negro Socialista paulista não foi consensual, recebeu a oposição de militantes de uma



entidade cultural do movimento negro, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), fundado em 1970. O Núcleo Negro e o Cecan avaliavam a conjuntura política sob ponto de vista diferente. A divergência básica consistia em ser ou não aquele o momento propício para explicitar a luta contra o racismo e, principalmente, o caráter socialista da luta, na medida em que a época era ditatorial e de suspensão das garantias individuais. Esses dois setores estavam em confronto desde maio de 1978. À época das comemorações do 13 de Maio, o Cecan propôs uma manifestação de protesto à falsa liberdade concedida pela Lei Áurea, na qual a população não sairia às ruas como forma de repudiar a data. Eles compreendiam que o 13 de Maio não deveria ser comemorado porque a população negra continuava sendo discriminada, oprimida e explorada. O Núcleo Negro Socialista, ao contrário, propunha sair às ruas porque avaliava que o 13 de Maio era uma data significativa para a população negra, mas que necessitava de uma visão crítica sobre o que fora a abolição da escravatura, exatamente para quebrar o mito da princesa Isabel como redentora que sustentava o mito da democracia racial.

A proposta do Núcleo Negro Socialista foi vitoriosa e o 13 de Maio entrou no calendário do Movimento Negro Brasileiro como o Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. Cabe salientar que como contraponto foi escolhida a data de 20 de novembro, como elemento mítico para a luta da população negra, que ficou conhecido como o Dia Nacional da Consciência Negra. Essa proposição, também do Núcleo Negro Socialista, tinha um objetivo, ampliar no Brasil a consciência social contra o racismo, de forma que, cada vez mais, os não-negros pudessem assumir e defender a melhoria da condição social dos negros brasileiros. Na verdade era uma política voltada para uma sociedade plurirracial, buscando resgatar e valorizar a memória de Zumbi dos Palmares.

Em junho de 1978 aconteceram dois episódios importantes para o acirramento daquela divergência: a divulgação na imprensa paulista do tratamento discriminatório a quatro atletas negros que foram impedidos de frequentar o Clube Tietê de São Paulo e a violência policial que levou à morte o operário Robson Silveira da Luz. Essas circunstâncias motivaram protesto, mobilização e repúdio público contra o racismo na sociedade brasileira. No dia 7 de julho de 1978, o MUCDR e várias entidades negras organizaram um ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em repúdio à discriminação racial. Nas palavras do MNU,

“[...] a discriminação racial, o desemprego e a violência policial fundamentavam seu surgimento e legitimavam sua organização, buscando conscientizar a comunidade negra e chamar a atenção da sociedade brasileira para a questão do racismo [...]”⁶.

A divergência se acentua, o Cekan e outras entidades negras que discordavam dessa forma de manifestação não participaram do Ato Público realizado no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a presença de 2 mil pessoas.

A carta convocatória ao Ato Público foi assinada por apenas seis das 13 organizações negras que estavam articuladas nesse processo: Afro Latino-América (Centro de Intervenção do Núcleo Negro Socialista de São Paulo, por intermédio do jornal *Versus*), Associação Recreativa Brasil Jovem, jornal *Capoeira*, Grupo de Atletas Negros, Associação Cristã Beneficente do Brasil e grupo Decisão⁷. Este último surgiu de uma dissidência do Cekan e era formado por lideranças que apoiavam a manifestação pública da luta contra o racismo. Esse grupo político posteriormente aderiu ao MUCDR.

6. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. *Dez anos de luta contra o racismo (1978-1988)*. São Paulo, Confraria do Livro, 1988.

7. As 13 entidades participantes foram o Centro de Cultura e Arte Negra, Grupo Afro Latino-América, Câmara de Comércio Afro-Brasileira, jornais *Abertura* e *Capoeira*, Associação Recreativa Brasil Jovem, Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, Associação Cristã Beneficente do Brasil, Grupo de Atletas Negros, Company Soul, Zimbábue e Grupo de Artistas Negros. Ver GONZÁLEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos A., op. cit.

A proposta do Ato Público foi apoiada por outros estados. Organizações negras como a Escola de Samba Quilombo, o Renascença Clube, o Centro de Estudos Brasil-África, o Instituto de Pesquisa da Cultura Negra, o Núcleo Negro Socialista do Rio de Janeiro e também o Grupo Negro da Bahia estiveram presentes ao Ato ou enviaram moções de apoio. Em 7 de julho de 1978 essas entidades negras explicitaram à sociedade brasileira uma proposta política de combate ao racismo.

Como vimos, o projeto do Núcleo Socialista foi vitorioso na medida em que colocou a ação política de combate ao racismo nas ruas, apontando o seu caráter de classe. O racismo, nessa nova leitura, se impunha como um instrumento de exploração e opressão da população negra, que não encontrava solução dentro da ordem burguesa. Mas isso não significava que as entidades negras já existentes também defendessem essa nova leitura, ou mesmo integrassem o MUCDR. Apesar de não apoiar essa forma de intervenção mais politizada, elas, em maior ou menor grau, legitimaram o processo e acompanham o impulso dado por ele.

O embate político-teórico sobre o racismo – Além da leitura inicialmente apresentada, que reconhece uma matriz de esquerda na idealização do projeto de combate ao racismo nos anos 1970, há uma outra leitura que minimizava essa contribuição e acentuava como elemento fundamental nesse processo a efervescência cultural da população negra iniciada na década de 1970⁸.

Essa movimentação cultural ocorreu em razão da conjuntura repressiva e recessiva que impunha sérias restrições à qualidade de vida da população negra. Em resposta a esse mecanismo de exclusão surgiram mobilizações da população negra de caráter cultural que, por si sós, representavam um protesto às condições de vida e ao modelo racial vigente. A efervescência cultural revelava a identidade racial reprimida pelo

8. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO,
op. cit.

padrão sociorracial vigente e encontrava ressonância política e organizativa na experiência de organização da luta dos negros norte-americanos pelos direitos civis e nas guerras de libertação dos povos africanos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Essa leitura destaca um ponto importante quanto à diferença na forma de organização da luta contra o racismo na Bahia e no eixo São Paulo–Rio de Janeiro, observando que, enquanto Salvador priorizou as manifestações culturais para chegar ao político, em São Paulo e no Rio de Janeiro, sob o impulso do Núcleo Negro Socialista, acentuou-se a participação com uma linguagem essencialmente política, por meio de concentração em praça pública, distribuição de panfleto e ato público.

As duas posições explicativas do surgimento da luta contra o racismo nos levam a concluir que foram várias as forças envolvidas na formação do projeto de combate ao racismo dos anos 1970 e também evidenciam uma descontinuidade entre uma forma de intervenção que priorizou a manifestação cultural de protesto e outra que priorizou a perspectiva de politização da manifestação cultural, sob a hegemonia de uma matriz ideológica de esquerda. As lideranças negras oriundas do Núcleo Negro Socialista aproximavam-se das manifestações culturais como potencial de mobilização para ampliar a consciência de raça e de classe. As lideranças negras oriundas do processo cultural compreendiam a mobilização cultural como canal de pressão contra a ideologia racial vigente e de formação da consciência negra, capaz de resgatar a identidade racial reprimida pelo mito da democracia racial.

A ausência de continuidade entre as duas perspectivas de organização da luta contra o racismo pôde revelar que, por um lado, os setores de esquerda instrumentalizavam o cultural apenas na medida em que ele manifestasse um protesto à realidade de discriminação racial; por outro lado, revelou também que algumas lideranças negras minimizavam o

caráter de classe das manifestações culturais ao priorizar a valorização da identidade racial em detrimento do seu aspecto de classe.

A reação ao projeto do Núcleo Negro Socialista – Entre a formação do MUCDR e a consolidação do MNU, primeira entidade de caráter nacional do Movimento Negro Contemporâneo, ocorreu um período de grande polêmica e reação ao projeto do Núcleo Negro Socialista, o qual avaliou a realização da primeira assembléia do MUCDR apontando os seguintes fatos:

“[...] foi realizado em São Paulo, no dia 27 de julho, uma Assembléia Nacional do MUCDR, com a participação de diversas entidades do interior paulista, dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, com quase 350 pessoas. Nessa assembléia, definiu-se um programa mínimo para o movimento unificado, que abarcava desde a luta por melhores condições de vida até a libertação nacional. O único grupo a se posicionar como socialista foi o Núcleo Negro de São Paulo e do Rio de Janeiro. Houve muita resistência a esse posicionamento”⁹.

A partir desse momento, ocorreu uma cisão entre os negros que estavam organizados dentro da esquerda e aqueles que já haviam rompido com essa organização. O rompimento era justificado a partir do entendimento de que as organizações de esquerda não poderiam dar encaminhamento à luta anti-racismo porque não havia prioridade política para essa problemática e também pela composição racial de sua direção, basicamente composta por brancos, o que dificultava a percepção da problemática.

Aqueles que continuaram no Núcleo Negro Socialista compreendiam que seria necessário construir uma força política dentro da Convergên-

9. Documento publicado pelo Núcleo Negro Socialista (s/d).

cia Socialista para que a luta anti-racismo se tornasse uma preocupação da direção; portanto, seria preciso elaborar uma política anti-racismo e ampliar o leque da militância na questão racial, absorvendo um maior número de negros para aquela organização.

Os negros do Núcleo Negro Socialista eram vistos como militantes da organização de esquerda que atuavam no movimento negro na perspectiva de formar uma frente de luta da organização, ao passo que os negros que haviam rompido com a tendência viam o movimento negro como um espaço autônomo, capaz de forjar uma política anti-racismo. De qualquer forma, o Núcleo Negro Socialista não era monolítico. Havia unidade quanto à necessidade de uma política anti-racismo e na aceitação dos princípios políticos da organização. Contudo havia pensamento divergente na maneira de atingir o objetivo central: a criação de um projeto político para a luta contra o racismo. Por exemplo, alguns acreditavam que a relação do movimento negro com a esquerda deveria ser explícita para definir uma perspectiva socialista, outros achavam essa posição equivocada, dado o caráter repressivo da época.

Na II Assembléia Nacional do MUCDR, realizada em setembro de 1978, na cidade de Caxias, no Rio de Janeiro, o projeto do Núcleo Negro Socialista começou a sofrer alterações em função daquelas divergências. Segundo a avaliação do próprio Núcleo Socialista, com

“[...] as acusações do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) de que a Convergência Socialista dirigia o MNU o relacionamento piorou. Em São Paulo as entidades negras do interior de São Paulo se retiraram do MNU e no Rio de Janeiro ocorreu o afastamento do Núcleo Negro Socialista, por motivos internos da própria Convergência Socialista [...]”¹⁰.

10. Idem.

Estes fatos alteraram a correlação de forças entre aqueles que disputavam a direção da luta contra o racismo.

O resultado final da assembléia foi a inclusão da palavra “negro” na sigla e a supressão da referência “contra a discriminação racial”, originando a denominação Movimento Negro Unificado (MNU). Aqui também há uma controvérsia: segundo o posicionamento do MNU, a mudança de sigla ocorreu na 1ª Assembléia de Organização e Estruturação Mínima para o movimento, com a presença de vários estados, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Essa assembléia ocorreu no dia 8 de julho de 1978, em São Paulo, na qual foi aprovada proposta do Rio de Janeiro de acrescentar a palavra “negro” ao nome “movimento”. Desse modo a denominação passou a ser Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial e, no 1º Congresso Nacional do MUCDR, realizado no Rio de Janeiro em dezembro de 1978, que reuniu delegados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, o nome foi simplificado para MNU¹¹.

Mais do que uma mudança de sigla, essa alteração significou a ruptura da aliança com a esquerda no encaminhamento da luta anti-racismo. O projeto do Núcleo Negro Socialista contra o racismo foi reformulado como um organismo independente da estrutura e da direção da esquerda. O movimento unificador de todas as formas de discriminação restringiu-se à relação branco/negro. Segundo a Carta de Princípios do MNU, seu objetivo básico era:

“[...] defesa do povo negro em todos os aspectos: político, econômico, social e cultural, através de maiores oportunidades de emprego, melhor assistência à saúde, à educação e à habitação, reavaliação do papel do negro na História do Brasil, valorização da cultura negra e combate sistemático à sua comercialização,

11. MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO,
op. cit.

folclorização e distorção; extinção de todas as formas de perseguição, exploração, repressão e violência; e liberdade de organização e de expressão do povo negro [...]"

Em país com alto grau de miscigenação, a própria definição do que é negro passa por uma relação sociocultural marcada há séculos pela ideologia de embranquecimento, trazendo enormes dificuldades para a definição da identidade racial negra e, portanto, para a delimitação do campo de ação do movimento. Além disso, a definição do campo de atuação somente junto à população negra afasta segmentos étnicos e populares importantes, como os indígenas, os mestiços e as mulheres. De qualquer forma, a Liga Operária e o Núcleo Negro Socialista nunca chegaram a definir uma política anti-racismo, o que de certa forma contribuiu para o enfraquecimento do Núcleo Negro Socialista. Porém, essa experiência foi relevante na história da organização da luta do movimento negro pós-1978. Ela estreitou os laços entre marxismo e racismo, na medida em que aproximou a perspectiva de combate ao racismo da teoria de classe, despertou a militância racial negra dentro das organizações de esquerda e deu sustentação ideológica a um setor do movimento negro que ficou mais à esquerda.

Na opinião de Hamilton Cardoso, o projeto de luta anti-racismo para a sociedade brasileira delineado pelo MNU estava permeado, apesar da utopia socialista, de um nacionalismo afro-norte-americano, reformulado a partir da filosofia do Partido dos Panteras Negras¹². Já o Núcleo Negro Socialista absorveu uma gama maior de influências da luta anti-racismo. Sua visão mais global e universal foi concebida a partir da reflexão sobre a história dos Panteras Negras nos Estados Unidos, da luta contra o *apartheid* na África do Sul, da revolução na Guiné-Bissau, do pensamento político europeu e do trotskismo. A experiência de combate

12. Os Panteras Negras foram um grupo de ativistas negros norte-americanos associados ao Partido dos Panteras Negras para Autodefesa, organização político-partidária originária de Oakland, Califórnia, no ano de 1966 e extinta em 1982 após intensa repressão política por parte do FBI (Federal Bureau of Investigation). Foi fundada por Huey Newton e Bobby Seale para a legítima defesa da população negra contra o racismo e a violência policial. Foi uma organização de esquerda de influência marxista que defendia uma agenda revolucionária contra o capitalismo e a escravidão. Os Panteras Negras se organizaram em 48 estados norte-americanos e chegaram a ter expressão na África, principalmente na África do Sul e em Moçambique.

ao racismo dentro da esquerda foi uma vitória como criação, mas um fracasso em seu processo de implementação¹³.

O processo histórico da formação do MNU leva-nos a observar que houve influência da esquerda no encaminhamento da luta contra o racismo a partir de 1978 e que o relacionamento entre o movimento e a esquerda ainda está em construção.

Já adiantamos, em análise anterior, que existe um grande desconhecimento por parte da esquerda sobre a realidade sociorracial brasileira. Até por isso há um fator profundamente relevante nessa experiência: o caráter embrionário dessa relação histórica, que se reflete na fragilidade da relação teórica entre raça e classe na década de 1970.

Após a década de 1980 novos estudos, ações e alianças estratégicas travadas junto aos movimentos sociais e partidos políticos definidos como de oposição, progressistas ou mais à esquerda, construíram experiências de combate ao racismo que estão amadurecendo a ação teórica e prática da relação entre classe e raça.

Vejamos esse enfoque mais detalhadamente.

Uma interpretação da relação entre raça e classe – Uma releitura crítica dos estudos de Florestan Fernandes sobre a integração do negro na sociedade de classes demonstra que o amadurecimento das relações capitalistas de produção, longe de eliminar a desigualdade sociorracial, a recompõe sob a ótica da racionalidade da acumulação do capital¹⁴.

Sabemos que o valor da mercadoria-trabalho, paga em forma de salário, esconde o tempo de mais trabalho que é apropriado pelo capitalista, e que essa troca não é justa, e sim desigual, e aí está o caráter de exploração dos trabalhadores. Sabemos também que o valor da força de trabalho não é pago de acordo com a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores em geral. O valor da reprodução da força de trabalho é

13. Depoimento de Hamilton Bernardes Cardoso em outubro de 1989.

14. FERNANDES, Florestan. "Lutas de raças e de classes". *Teoria e Debate*, São Paulo, Diretório Regional do PT-SP, nº 2, mar. 1988.

determinado socialmente. A força de trabalho não é valorizada individualmente, mas sim coletivamente. É na história concreta de uma nação que encontramos os nexos explicativos da valorização ou não da força de trabalho. Portanto, se na sociedade brasileira há uma desvalorização social das dimensões de raça e gênero, ela incidirá como fator de barateamento no valor da força de trabalho das mulheres e negros.

E, nesse contexto, afirmamos que a admissão da população negra no processo produtivo capitalista é mediada por uma articulação ideológica que determina a absorção da população negra na estrutura de classe de acordo com a necessidade de reprodução do capital e a orientação ideológica racial vigente.

Isso acaba por delinear um quadro em que a condição racial do trabalhador se transforma num dado seletivo na competição do mercado de trabalho. O fator da identificação racial de matriz africana é sempre desfavorável ao negro, reservando-lhe a mais baixa posição na estrutura de emprego e o recebimento dos mais baixos salários, quer estejam no setor primário, quer no secundário ou no terciário. Tal fato se traduz no desemprego, no subemprego e na rotatividade da sua mão-de-obra, o que provoca o empobrecimento contínuo deste segmento populacional.

A compreensão da marginalização social da população negra, assim como a sua superação, está altamente comprometida com o grau de aceitação da centralidade da relação de raça, classe e gênero. Aí fica visível a situação de exclusão social da mulher negra.

A relação de raça e classe pode ser classificada como um fator explicativo das desigualdades da sociedade brasileira. A relação raça e classe não é dicotômica, e sim interdependente. Ela não é marginal, e sim interior às relações capitalistas de produção. Não desaparece na dinâmica competitiva do capitalismo, apenas é distorcida pela ideologia racial vigente. Ela determina a forma de exploração da força de trabalho da população, quer



seja masculina, feminina, branca ou negra e condiciona essa forma de trabalho em termos de sua inserção ou exclusão do processo produtivo, tipo de ocupação, rendimentos salariais, posição na estrutura de classe e o grau de consciência racial da população trabalhadora.

O projeto político de combate ao racismo no Brasil, atuante na política brasileira, tanto por parte do movimento negro quanto por parte da concepção de esquerda, não está isento de equívoco.

A centralidade da contradição capital/trabalho impede a percepção de que a lógica capitalista de exclusão utiliza a diversidade cultural existente em meio à classe trabalhadora como fator de discriminação de gênero, raça, idade e religião. A centralidade exclusivista da teoria classista para explicar as desigualdades sociais brasileiras é equivocada porque interpreta de forma tradicional e etnocêntrica nossa formação social. Por isso encontra dificuldades em legitimar-se, por exemplo, perante a população negra, por não construir, culturalmente, uma identidade de raça e classe na luta pelo socialismo. O que por sua vez é um entrave à democratização da sociedade brasileira.

O negro e o socialismo

Luiz Alberto Silva Santos

Escravidão e capitalismo – O capitalismo acelerou sua expansão por meio da invasão e incorporação de novos territórios ao domínio da elite branca européia, configurando o imperialismo moderno. O reflexo dessa estratégia capitalista para a humanidade foi o saldo de mais de 4,7 milhões de indígenas mortos e o conjunto de mais de 110 milhões de africanos seqüestrados e assassinados para instalar e alimentar o regime de escravidão nas Américas. Com a colonização do Brasil e da América Latina, abre-se o início da expansão do capitalismo comercial na Europa. O capitalismo mercantil cria a indústria da escravidão, para, por intermédio da exploração permanente da força de trabalho, instituir um modelo de produção baseado no trabalho escravo.

A princípio, os índios e, posteriormente, os negros oprimidos pelo regime escravocrata lutaram intensamente pelo fim do regime de exploração e espoliação mais cruel que a humanidade já experimentou e que foi implementado nas Américas, sem disfarce. Porém, a vitória do povo negro e demais aliados, com o fim da escravidão, tanto nas lutas de resistência político-culturais e espirituais, nos quilombos, como nas lutas pela abolição e na participação das guerras civis na América do Norte,



na América Central e no Brasil, não trouxe grandes mudanças e, especificamente, não representou o fim da divisão racial do trabalho nem limitou a disseminação do racismo.

A divisão social do trabalho, consolidada pela primeira reestruturação produtiva, coloca negros e negras não só como operários oprimidos pelo sistema capitalista, mas, sobretudo, como deserdados da terra, à margem do processo produtivo, da participação política na esfera do Estado e da sociedade civil, encurralando-os numa vida que, em boa parte, manteve os valores desumanos do antigo regime de escravidão.

Essa política separatista resultou na quase exterminação do povo indígena e mantém reflexos diretos em homens, mulheres, crianças e idosos negros, pois construiu os sistemas de educação, saúde e habitação nos quais a população negra vem sendo relegada a um nível de miséria quase absoluta: marginalidade, violência policial, analfabetismo, imposição de estética branca, exclusão nas instâncias de decisão.

O relatório do PNUD 2000 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre desenvolvimento humano, com dados relativos ao ano de 1998, registra que o Brasil encontra-se em 77º lugar no *ranking* mundial no que se refere à qualidade de vida. Entretanto fica patente que, aqui, existe uma dupla realidade para o índice de desenvolvimento humano: uma para os brancos (63ª posição) e outra para os negros (120ª posição).

A compreensão sobre a idéia de uma sociedade socialista no Brasil impõe-se não apenas como tarefa estratégica, mas também como necessidade conjuntural, já que sem uma alternativa popular global para a crise do capitalismo ficamos em desvantagem para enfrentar os projetos neoliberais. Discutir nosso programa significa desenvolvê-lo em contraposição às concepções neoliberais e às críticas que têm sido feitas ao socialismo, assim como exige incorporar as demandas peculiares da composição étnica/racial da sociedade brasileira.

A globalização capitalista como conjunto de fatores que sintetizam o ideário da hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, a superação dos modelos fordista e taylorista como referência para a organização do trabalho e da produção, o desenvolvimento e a sofisticação tecnológica como suporte de um modelo de acumulação flexível, a formação de grandes blocos econômicos e a transnacionalização incorporada a partir dos países do centro capitalista, a desconstitucionalização e a desregulamentação das relações de trabalho proporcionam maiores estragos às minorias étnicas e raciais em todo o mundo, o que é facilmente constatado pelos altos índices da taxa de desemprego estrutural, que, no Brasil, vitima preferencialmente a população negra.

É pertinente a sugestão do professor Octavio Ianni ao propor que se aborde a realidade dos negros no Brasil e as possíveis soluções para enfrentar os gravíssimos problemas vividos pela nossa gente como uma questão política nacional.

Tal resposta pressupõe que Estado e sociedade civil definam políticas compensatórias e reparatórias para a maioria da população negra que eliminem a pobreza e a fome que atingem sobretudo o nosso povo.

A pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre o mapa das desigualdades raciais confirma as diferenças significativas entre negros e brancos no Brasil. A conclusão de que os negros recebem 60% menos que os brancos revela a face perversa do racismo. A renda média mensal dos negros é de 170 reais, e a dos brancos, 400 reais. Os negros respondem por 64% dos pobres e 69% dos indigentes. A taxa de analfabetismo entre os brancos com mais de 15 anos alcança a média de 8,3%; já os negros amargam 19,8%. O desemprego, do mesmo modo, denuncia a relação entre pobreza e racismo, já que a taxa entre os brancos é de 7,5% e entre os negros é de 11%.

A trágica conclusão do IPEA – de que o Brasil branco é 2,5 mais rico que o Brasil negro – invoca uma tomada de decisões estruturais com a adoção de políticas reparatórias e compensatórias que o governo brasileiro teima em não aplicar.

Por conta dessa situação, negros e negras se vêem obrigados a buscar os mercados de trabalho que os absorvem. São ambulantes, camelôs, trabalhadoras domésticas, feirantes etc., pois os empregos formais são, na sua grande maioria, reservados aos brancos.

Uma crítica fundamental às esquerdas – As esquerdas tratam os conflitos raciais de forma secundária e às vezes demagógica, embora já seja possível identificar nas fileiras do pensamento marxista defensores de que a luta do negro e a superação do racismo devem ser colocadas como componentes da questão nacional. Mas, ainda assim, a luta do negro continua circunscrita ao povo negro e suas organizações. Os discursos progressistas de membros dos partidos de esquerda parecem servir muito mais para preencher uma lacuna programática dos seus partidos do que uma posição estratégica e uma ação efetiva em prol da luta pela igualdade racial e da justiça social.

O papel do negro na história do Brasil vem sendo secundarizado tanto pelos progressistas (esquerda) como pelos conservadores (direita). A esquerda identifica as manifestações de resistência dos trabalhadores a partir da chegada dos primeiros imigrantes brancos europeus. Muitos não reconhecem o papel do trabalho negro como elemento estruturador e definidor do caráter da sociedade gestada no Brasil.

A raça à qual pertence o indivíduo norteia qualquer discussão que tenha como objetivo transformar o Brasil, ou seja, viabilizar políticas que a maioria da população necessita. Segmentos da esquerda insistem, ainda hoje, em secundarizar estas questões, optando mais uma vez por dis-

cursos genéricos sobre excluídos e trabalhadores, deixando de reconhecer que, para além das diferenças de classe, a discriminação racial é pedra angular da manutenção de uma sociedade hierarquizada, anti-democrática e violenta, e que somente por meio de um projeto realmente anti-racista poderemos promover um processo revolucionário e transformador em nosso país.

A recente Conferência Mundial realizada em Durban, na África do Sul, evidenciou o que o movimento negro mundial vem afirmando há muito tempo: o racismo, mais que uma ideologia, é uma categoria histórica que vem ao longo de séculos determinando como a riqueza e o poder são distribuídos no interior de cada sociedade e entre as nações. Neste sentido, a tragédia que se abateu sobre milhares de norte-americanos em 11 de setembro de 2001 não pode ser desvinculada dos debates ocorridos durante a III Conferência Mundial, na qual os setores progressistas no mundo inteiro alertavam tanto para a urgência em combater os efeitos perversos do racismo como para o melhor caminho para a paz, e para a necessidade de quebrar a arrogância de governos que baseiam sua hegemonia no quadro internacional na suposta superioridade racial de suas sociedades predominantemente européias.

É preciso, portanto, que nos debrucemos sobre a realidade interna do Brasil, pois não podemos mais desconhecer as desigualdades raciais que têm sido fartamente documentadas. A Conferência de Durban produziu uma Declaração e um Plano de Ação que, pela primeira vez, colocam os afro-descendentes como uma das principais vítimas do racismo. Isto significa que os negros de toda a diáspora, e especialmente nós, afro-brasileiros, vamos lutar por essas reivindicações históricas.

Por todas as razões aqui expostas, é fundamental lutar por políticas públicas que combatam a desigualdade entre brancos e negros e resgatem a

dívida histórica com a população de origem africana no país, incentivando a auto-organização do povo negro em suas comunidades, respeitando a cultura e a religião de origem africana, e é fundamental lutar pela regularização das terras remanescentes de quilombos no Brasil.

Comentários

Octavio Ianni

Peço licença para fazer duas ou três observações, já que os comentários desenvolvidos por Benedita da Silva, Gevanilda Santos e Luiz Alberto Silva Santos enriquecem a colocação do problema e suscitam algumas interrogações.

Primeiro, de fato, os partidos políticos de base popular, o PT [Partido dos Trabalhadores] e os PCS [Partidos Comunistas], têm muita dificuldade de lidar com a questão racial. Participei, nas vésperas da primeira candidatura presidencial de Lula, em 1989, de um debate semelhante no qual me pediram para falar sobre a questão racial. E agora foi lembrado que no programa o problema não aparece. Isto é muito sério. Não é um acidente. Isso quer dizer que a ideologia racial do branco, dominante no país, impregna e envenena os partidos de esquerda. Intimida. Então é de boa compostura não se tocar no assunto e com isso se fica mais ou menos branco. Palatável.

É muito grave, porque isso significa uma infiltração da ideologia racial do branco nos partidos de esquerda; os PCS sempre foram vítimas disso, com a agravante de que os PCS acreditavam que a questão racial estava automaticamente colocada em termos de classe. Os problemas da mulher, as



relações de gênero, as relações étnicas, as relações religiosas, todas estavam dissolvidas na questão de classes. Isso foi um gravíssimo equívoco da esquerda, inclusive por leitura equivocada do pensamento de Marx, porque nas discussões que Marx faz sobre a escravidão no Novo Mundo, sobre a questão irlandesa e sobre problemas na Índia etc., fica sugerida a idéia de que a dimensão étnica faz parte da máquina da história. Ele não a trabalhou, mas a esquerda leu mal ou não quis prestar atenção.

Então apresento aqui um segundo problema. De fato, é preciso revelar para o próprio PT que ele tem sido vítima de uma sub-reptícia e pervasiva invasão da ideologia racial predominante na sociedade brasileira, o que prejudica sua relação com a sociedade, com o povo, com os setores subalternos.

E apresento um outro aspecto: não há democracia possível, e muito menos socialismo – que a meu ver é simplesmente democracia social e política –, sem passar pela questão racial. Então, é mais grave. Temos de assumir a questão racial.

Aliás, estou convencido de que os partidos de esquerda têm uma visão extremamente frouxa, para dizer o mínimo, da questão racial, da questão feminina e da questão regional, que no Brasil são muito sérias. As diversidades regionais no Brasil são um instrumento fundamental de manipulação das elites, que fazem associações de cúpula com oligarquias da Amazônia, do Nordeste, com o capitalista, o empresário transnacional de São Paulo e, de repente, o povo fica totalmente esquecido. Então, acho que são, no mínimo, três questões, além da questão operária, que continua fundamental: a racial, a de gênero ou feminina e a regional. Sem esses três itens o PT ainda não é o partido plenamente enraizado na sociedade, no povo, nos setores e classes subalternos.

É claro que há expressões notáveis por parte do PT e também de outros partidos.

Penso, com relação à esquerda, à questão racial – raça ou classe –, que o movimento negro precisa superar esse estado de espírito de considerar que a esquerda, oficial ou oficiosa, ou o marxismo, não é capaz de lidar com a questão racial. Primeiro, do que eu conheço do pensamento de Marx e de outros, há subsídios notáveis. Segundo, por que o movimento negro deve ficar numa atitude de indiferença ou de crítica? Por que o movimento negro não assume uma tarefa que considero perfeitamente possível: educar a esquerda? E mostrar a ela que sem a questão racial a esquerda não é um movimento plenamente integrado na dinâmica da sociedade e nas lutas sociais. Assim como o movimento negro pode educar um pouco, ou muito, o PT, por que não imaginar que o movimento negro pode educar a esquerda e contribuir para uma interpretação, uma visão, uma compreensão, uma proposta dialética sobre a dinâmica da sociedade, sobre a resolução dos problemas da sociedade? Estou convencido de que é perfeitamente possível. Isto é, não devemos tomar o que está dito no passado, e que se repete eventualmente no presente, como algo definitivo ou intocável. Não, vamos discutir.

O movimento negro é um movimento social. Para que ele se transforme num movimento político é preciso que lute pelo poder. Não há outra saída. Porque política significa poder e não há outro caminho por enquanto senão os partidos, isto é, enriquecer, fortalecer, dinamizar os partidos de base popular com a força, o vigor do movimento social. Numa ocasião, em um debate do qual participei, um jovem negro, de Osasco, pediu a palavra e disse: “Olha, eu sou do diretório de Osasco, e toda vez que eu levanto o problema lá, o pessoal vem com *deixa disso*”.

Isso coloca um problema interessantíssimo e difícil, que é educar o educador. O PT tem uma missão pedagógica fundamental, mas precisa ser mais educado. Precisa ser mais preparado, precisa ser alertado. O potencial político do movimento negro é incrível. É muito grande. Mas

desde que contemplado, desde que incorporado dentro de uma perspectiva realista, que reconheça a questão do preconceito, as intolerâncias, os desdobramentos do preconceito racial em termos de homem, de mulher, de jovens, de velhos etc., e reconheça simultaneamente a inserção de todo e qualquer membro da sociedade e, se falamos os negros, de todos os negros, no que é a força de trabalho nacional.

Não há por que ter medo da questão de raça e classe. É isso mesmo. Não há saída. Não é classe e gênero. Não é classe e idade. Não é classe dominante e classe subalterna. A classe não é uma categoria rígida, fechada, restrita à definição que um certo partido fez, como se ela esgotasse todas as realidades. Classe é um complexo de significados. A condição básica da classe é a inserção dos indivíduos, das coletividades no processo de trabalho. E é claro que aí entram negros e brancos. Entram índios, imigrantes, diferentes categorias. É possível dizer que a questão feminina tem suas especificidades. E tem. Que a questão do negro tem suas especificidades, não há dúvida, assim como a do imigrante, ou a do indígena. A questão operária tem sua especificidade, mas todas essas questões fazem parte de algo fundamental na fábrica da sociedade, na dinâmica da sociedade e na transformação da sociedade: a questão social. Ela engloba todos os elementos e, reconhecendo que a questão social é produzida pelas contradições sociais, então todos vamos nos irmanar na luta pela transformação da sociedade.

Debate com o público

Carioca

Sou diretor do Sindicato de Metalúrgicos do ABC, da Comissão de Combate ao Racismo da categoria. Nós, do movimento negro, temos nos deparado há muito tempo com uma questão muito perigosa: o problema do negro é um problema do povo, de todo o povo. Não é assim. Na verdade, o problema do negro tem uma questão específica colocada e o debate de hoje ajudou a apresentar este tema.

Gostaria que se falasse da democracia operária. Sabemos que o Estado socialista é um Estado novo, que está se apresentando para a construção. E se partirmos da pre-

missa de que o problema do negro é o problema do povo, ou aguardamos esse Estado ser concretizado, ser construído, para depois vermos como nos inserimos nele ou, a partir de já, arregaçamos as mangas, cada um dentro de suas especificidades, o portador de deficiência, a questão do homossexual, da mulher, do operário, do negro etc. É isso que está colocado para nós agora: construirmos esse Estado. Só que esse Estado, para ser construído, parte de um princípio básico, a democracia operária. A democracia está ou não madura para esse debate, do ponto de vista ideológico? A democracia operá-

ria está aberta para esse debate, para essa discussão?

Como é possível conciliar os interesses colocados para o negro, para deficientes, mulheres, operários etc. dentro de um programa partidário? Do ponto de vista ideológico, da concepção de Estado operário, estamos ou não maduros para esse debate?

Tarcísio Geraldo Faria, *do Comitê para a Democratização da Informática e do Fala Negro*.

Muitas concordâncias, algumas discordâncias. Vou começar pelas discordâncias. O professor Octavio Ianni afirmou que o Estado está divorciado da sociedade civil. Não sei se é bem assim ou se é uma leitura que gostamos de fazer porque isso nos facilita a reflexão. Acho que não é bem assim. Se isso fosse verdade não teríamos políticas compensatórias, políticas afirmativas. E aí entra a questão fundamental, que temos de discutir: se essas políticas, ditas compensatórias ou alternativas, são reacionárias, neolibe-

rais, como considera parte da auto-denominada esquerda.

Se for assim, não temos mais saída. Lutamos pela construção de direitos, mas estamos dando corda para nos enforcarmos, é isso? Então não temos mais de lutar pela construção de direitos, mas pela revolução e ponto final. Não existe alternativa sem ser a revolução? É socialismo ou barbárie? Quer dizer, quando lutamos por políticas afirmativas, compensatórias, quando pressionamos, quando tensionamos o sistema capitalista, as classes dominantes centrais, estamos dando corda para nos enforçar? Queria que vocês respondessem isso. Obrigado.

Aparecido Alexandre da Silva, *do Diretório do PT do bairro da Saúde, São Paulo, Capital*.

Gostaria de apresentar uma questão para o deputado Luiz Alberto e para o professor Octavio Ianni. Ambos apresentaram a questão da generalidade, da falta de discussão sobre a questão racial, e falaram

também sobre a questão de gênero. Será que, com essa generalidade que está acontecendo na sociedade brasileira e no nosso neoliberalismo, o PT não está sendo educado para negar essas discussões, ou seja, para colocar essas questões de forma bastante genérica para que não levantemos essa polêmica?

Edmar Silva

Sou sociólogo, professor da rede pública estadual, estou na assessoria da Coordenadoria Especial do Negro e sou militante do movimento negro. Tenho duas questões. Alguns anos atrás a atriz Camila Pitanga foi a referência de quase todos os debates sobre relações raciais, no que diz respeito à tonalidade da cor da pele não ser necessariamente uma condição de identidade racial. Então, me parece que se insistíssemos nesse debate ampliaríamos a identidade racial e diminuiríamos esse conflito entre o debate relativo a classe e raça.

A questão é que hoje temos concretamente, se não a democracia

de fato ou ideal, uma democracia política. Mas isso não garantiu, sobretudo para nós, negros e negras, igualdade de oportunidades e o fim da discriminação. Será que o socialismo é uma possibilidade de garantir oportunidades iguais para todos ou viveremos mais uma grande contradição? Muito obrigado.

Luiz Alberto Silva Santos

Sobre a questão, se entendi bem, das generalidades que são postas no debate dentro do partido em relação à questão racial, eu digo mais: não existem generalidades. Não existe o debate, não existe essa discussão. E, para mim, uma questão que não está relacionada de forma tão nítida com isso, mas tem uma relação implícita, é a discussão da possibilidade de uma aliança entre o PT e o PL [Partido Liberal]. O PL hoje é um partido dominado por uma posição religiosa reacionária, chamada Igreja Universal, que é a principal corrente religiosa no Brasil que ataca as religiões afro-bra-



sileiras. Eles começaram a invadir os terreiros de candomblé. A TV Record, que é de propriedade dessa Igreja, é um foco de ataque diário, sistemático, às culturas e às religiões afro-brasileiras. Portanto, se ocorresse um debate mais profundo conosco dentro do partido, essa questão não estaria sendo posta neste momento.

Ou seja, nem generalidades nós estamos discutindo, senão provavelmente haveria um diálogo entre essa possibilidade e o significado disso em relação ao que o professor Octavio Ianni chamou de povo brasileiro. Eu acho que essa questão é fundamental.

Em relação à discussão sobre as políticas de ação afirmativa e sobre quem é e quem não é negro no Brasil, vale dizer que os poderosos sabem muito bem quem são os negros no Brasil. Sempre me refiro a um livro de João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*, em que há um personagem que acha que não é negro – mas só ele acha isso. Todos os brancos sabem que ele é negro, mas

como ele é um mulato claro, e ele não toma sol, fica achando que pode enganar, mas todos sabem. Coloco isso em razão dessa falsa polêmica de quem seriam os beneficiários de uma pretensa política de ação afirmativa, de cotas, no Brasil. Quem seriam esses negros? O sistema sabe quem são os negros, a polícia sabe quem são os negros. Não me preocupo com isso. Aliás, a possibilidade de implementação de uma política dessas e de deixar que o negro se autodefinia vai desmontar essa idéia do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de dizer que nós somos 47% da população. Somos muito mais do que isso. Então, não acho isso uma questão central.

Sobre a questão da democracia e da igualdade, o companheiro argumentou corretamente. Os poucos momentos da história do Brasil em que tivemos a chamada democracia formal não significaram para nós, negros, uma participação maior ou menor na vida política e social brasileira. Os negros sempre estiveram, em qualquer mo-

mento, discriminados. Isso pode ter sido pior num momento de regime mais fechado, de maior repressão. Mas, no momento da chamada distensão ou da democracia, isso não significou uma inserção da população negra nos instrumentos de operação da democracia. Isso tem a ver com esse processo que estamos discutindo.

Então, a democracia formal não consegue dialogar com as demandas por democracia, com o tipo de democracia necessária para que a população negra tenha acesso, participe, opere os instrumentos. Que democracia formal é essa? Em que momento, não só em partidos de esquerda, mas de modo geral, aumentou a participação dos negros na disputa eleitoral nas casas legislativas? Em nenhum.

É preciso discutir, aprofundar esse valor chamado democracia formal, burguesa, que às vezes valorizamos muito em certos momentos da história do Brasil, quando o povo teve um mínimo de participação. Pois nesses momentos o povo

que não participou e não teve acesso foi a população negra, mesmo nos momentos mais democráticos, mais abertos, de Estado democrático de direito, nós não tivemos participação efetiva.

Benedita da Silva

Estamos tratando da questão das medidas de combate ao racismo. Existe algo colocado entre nós, que é uma tremenda contradição entre teoria e prática. Se a referência racial não está incorporada ao pensamento da esquerda ou ao nosso programa partidário, é porque não acumulamos internamente força suficiente para mudar isso.

Por quê? Será que estamos falando de extraterrestres? Não, estamos falando de nós, da sociedade brasileira. Em minha fala inicial abordei a questão do comportamento, sobre o que nós reproduzimos. Muitas vezes os partidos, de direita ou de esquerda, não se diferenciam na formulação dessa política. Por quê? Porque somos nós, os seres humanos, que cometemos essa prática da-

nosa e perversa do preconceito, do racismo. E isso nos incomoda, quando nos colocamos diante dessa discussão. Não é só porque não temos uma correlação de forças necessária, favorável, mas porque incomoda. Precisamos garantir que esse debate incômodo não fique apenas na esfera da esquerda, porque os negros que estão em movimento querem ocupar todos os espaços, têm esse direito, estão numa luta para somar conosco.

Gostaria muito de colocar isso, porque senão há uma contradição. Sou negra, evangélica, do Partido dos Trabalhadores. Não abro mão de nada disso, ou então não há democracia. Se não posso pensar, expressar meu pensamento sobre o que quiser, então não existe democracia. Mas temos de ter uma política que possa diminuir a desigualdade social, dar combate ao racismo; não quero cair em contradição ao assumir uma representação partidária no Executivo e não implementar nenhuma política de ação afirmativa.

Como evangélica que sou, e das boas, eu fui procurar em *Levítico* as questões de ações afirmativas. Gostaria de dizer a todos que não confessam ou professam a mesma fé que a minha, que a Bíblia é um grande *best seller*, e que a gente deve procurar lá. E em *Levítico* vi que os donos, proprietários das terras, não eram totalmente proprietários, eles poderiam explorar a terra só por seis anos. Quatro anos era para o trabalhador que estava ali com ele. Fui buscar alguma coisa, um referencial mais antigo, e lá eu encontro que por quatro anos tinham o direito, e você não podia colher nada que caísse, porque o que caísse no chão era para que os pobres pegassem, além do seu trabalho, do seu salário.

Não é possível que ações afirmativas para os brancos não tenham sido questionadas até agora. Branco está na escola, tem emprego, salário, casa, um monte de coisas, e ainda tem direito à preservação de sua cultura. É visto como lindo, bonito, sábio e tudo

mais, e nenhum de nós questionou essa ação afirmativa. É isso, é equidade que verdadeiramente temos que buscar para não sermos um movimento solitário.

Para finalizar, com relação à questão de cotas, reparações e ações afirmativas, temos de garantir o debate com a sociedade, e não podemos manipular seu pensamento majoritário. Acho que enriquecemos o debate e crescemos com ele, pois somos capazes de defender nosso ponto de vista na sociedade. E a sociedade discute cotas, sim; discute reparações e ações afirmativas, que chamo de ação de inclusão e de equidade. Não é possível que o Partido dos Trabalhadores não faça verdadeiramente essa discussão, sob pena de termos um encaminhamento, uma diretriz política que não tenha absolutamente nada a ver com o Estado que queremos. Quero ver se com o Lula governando este país não teremos ações afirmativas. Enquanto não construirmos esse tal de socialismo, que tanto

esperamos e queremos, temos de construir algo que dê condição ao trabalhador negro, à trabalhadora negra, de pensar que podem, sim, e que têm, sim, direitos. E para isso é preciso implementarmos políticas com viés de corte racial. Por isso as políticas públicas que defendo têm esse recorte.

No lançamento do Programa Fome Zero afirmei que a fome e a pobreza são literalmente negras e femininas. E que sabemos perfeitamente que, do ponto de vista regional, são nordestinas. Então, diante desta constatação, não podemos esperar o socialismo chegar para implementarmos algumas ações para retomar nossos direitos, direitos pelos quais pagamos – alguns com a vida, outros com seus impostos.

Gevanilda Santos

Nesse debate as minhas observações tiveram uma preocupação que é a seguinte:

As estratégias apontadas pelo Movimento Negro Brasileiro para

combater o racismo cumprirão essa tarefa? Essa é a questão?

Hoje a exclusão social do negro já é reconhecida na sociedade e, em decorrência, se coloca a idéia dos direitos à melhoria da sua condição social. Isso já está posto para o campo da esquerda?

Passados os últimos 30 anos, podemos dizer que o primeiro momento da luta contra o racismo – de denunciar e de reivindicar direitos sociais – foi vitorioso. Agora, nesse segundo momento, o Movimento Negro Brasileiro precisa objetivar um novo patamar de diálogo com a sociedade brasileira. Estamos na fase de negociar a implementação daquelas reivindicações para construir o que chamamos de condições sociais de igualdade.

Neste seminário sobre “o negro e o socialismo” estamos refletindo sobre as possibilidades de redistribuição das riquezas ou da melhoria das condições sociais para todos os grupos étnicos, num contexto onde o negro não é visto

como um segmento que tem direito a acessar aquelas riquezas.

Eu tenho dúvida se vamos chegar a uma solução de redistribuição de riquezas para negros, para mulheres, para jovens, de uma forma tranqüila e cordial. A inquietação decorre da dúvida sobre qual é a negociação possível dentro do jogo de forças políticas no contexto do neoliberalismo.

Vejam, por exemplo, a situação do negro na educação.

Eu pergunto: os negros têm direito à educação? Na sociedade liberal o negro tem direito à educação, sim. Porém sabemos que a educação pública é de péssima qualidade.

Então, eu pergunto novamente: o que devemos fazer para instituir a igualdade de condições para o negro na educação? Universalizar o acesso e a permanência em todos os níveis do sistema educacional ou reformulá-la pedagogicamente para incluir recortes de valorização histórica da população negra?

Vejam outro exemplo.

A Constituinte de 1988 tipificou o racismo. A frente parlamentar constituinte liderada pelo deputado Caó (PDT-RJ) definiu que o racismo é crime. Segundo a Lei Caó, qualquer cidadão que sofre a discriminação racial tem direito à Justiça. Muito bem. O sistema jurídico brasileiro está preparado para garantir esse direito? A resposta é não. O máximo que se consegue é o registro da queixa-crime e, depois, os processos são arquivados.

O direito à Justiça conquistado tem apenas uma função simbólica.

Existe uma proposta de inclusão da população negra a partir da idéia de favorecer pequenos grupos ou uma determinada cota populacional. O diálogo está muito difícil, no entanto é necessário e legítimo.

As forças liberais que estão no poder absorvem as demandas sociais, mas implementam muito pouco. E aí eu proponho um debate para averiguarmos quais forças políticas serão capazes de implementar medidas necessárias para combater ao racismo. As forças políticas no cam-

po da sociedade capitalista liberal? As forças aliadas no marco de uma sociedade socialista? Quais forças políticas estão mais vinculadas aos movimentos sociais, portanto mais abertas à democracia interna e à defesa da auto-representação daqueles movimentos? Qual gestão pública implementará políticas sociais com recorte de gênero e raça? Ou serão políticas específicas para uma pequena parcela dentro de um segmento excluído? E, por fim, o Movimento Negro já possuiu acúmulo de força política suficiente para garantir a efetivação dos direitos da população negra?

Se não detivermos o controle do processo de implementação, corremos o risco de ver a demanda ser absorvida, sobretudo como uma forma de minimizar a contradição sociorracial e pouca perspectiva da construção de um imaginário socialista.

Octavio Ianni

Acho que a idéia de Estado operário, de democracia operária, já



está superada. Temos hoje uma contribuição muito importante no debate sobre o problema da mulher, o problema das várias etnias, os vários movimentos religiosos – há países em que os problemas linguísticos são importantíssimos como fontes de tensões. Então já está posto que a sociedade socialista que se pode construir vai contemplar, necessariamente, todas essas dimensões. Claro que cabe reconhecer que – se vivemos numa sociedade que é capitalista, burguesa, de classe, em que a riqueza está distribuída de modo profundamente desigual – existe um dilema, um elemento fundamental, que permeia todas essas relações: a questão do trabalho, da alienação do trabalhador. E o trabalhador não é alguém abstrato, é um negro, um imigrante, uma mulher, um menor, uma criança, conforme os casos, ou em muitos casos.

Então há um elemento unificador da questão social, que galvaniza todas as outras facetas que estão inseridas na dinâmica trabalho-ca-

pital. É claro que alguns não querem pôr em causa o sistema, a ordem estabelecida, consciente ou inconscientemente, então argumentam que a questão do trabalho, das classes, não é central, o preconceito racial é fundamental. Atenção, há um contrabando aí, porque o negro não é uma abstração, o negro é um trabalhador. O índio é um trabalhador, o imigrante é um trabalhador. A mulher é uma trabalhadora. É preciso reconhecer que há essa inserção. Se queremos apenas aperfeiçoar a ordem burguesa, o neoliberalismo, então tudo bem, não se põe a questão das classes, porque de fato a questão de classe é radical, põe em causa a ordem estabelecida. Eu vejo assim.

Nada impede que as lutas sociais e seus movimentos alcancem vitórias paulatinas, progredindo no sentido da democratização das relações sociais, da participação na cultura etc. Isto tem acontecido, com retrocessos frequentes. Mas, se queremos propor algo que seja mais substantivo e implique a eman-

cipação universal, envolvendo todas as categorias sociais, não há dúvida de que é preciso recolocar o problema das classes.

A questão das classes hoje está posta em caráter mundial, em âmbito mundial. Por trás da questão religiosa e da questão étnica há sempre a questão social, a questão trabalho-capital. São muitos os imigrantes na Europa, oriundos da África subsaariana, de populações negras ou árabes, ou da Ásia, ou de outras partes, que são trabalhadoras e vítimas de superexploração, como trabalhadores e como imigrantes, como árabe, como negro, como mulher etc.

É claro que essa síntese é incômoda, não porque seja complicada, mas porque ela é radical, isto é, põe a questão de que esta sociedade não é capaz de resolver os problemas da maioria da população, que envolve alienação, pauperismo, pobreza, miséria, marginalidade etc.

O divórcio entre o Estado e a sociedade no Brasil é profundo e evidente. Não é preciso nem fazer

pesquisa, basta ler os jornais, ouvir as informações. E eu repito: é um exemplo apenas, mas não é o único. A reforma do sistema de ensino que se realiza no Brasil e em várias nações em todos os continentes é uma reforma proposta, incentivada, financiada e exigida pelo Banco Mundial. A única tarefa do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, é traduzir do inglês para o português, sem nunca dizer que está traduzindo, sem nunca informar ao povo, à opinião pública, que está apenas implementando diagnósticos e diretrizes que são formulados pelo Banco Mundial.

Com relação à Igreja, não há dúvida de que historicamente ela tem um papel decisivo. A Igreja, como diria Gramsci, tem sido um intelectual orgânico das classes dominantes em todos os continentes onde está. Mas nada impede que o povo eduque a Igreja, e tem havido vários movimentos notáveis no sentido de educar a Igreja. Não há dúvida de que existe uma diferença considerável entre o papa João XXIII e

o papa João Paulo II. Hoje temos, por exemplo, dom Pedro Casaldáliga [bispo de São Félix do Araguaia, MT], que sempre teve uma atuação notável. Há muitos que estão inspirados nos movimentos sociais tratando de educar a Igreja.

Acho que o que fazemos nesses debates é ajudar os partidos a se educarem, em especial os que têm compromisso com os setores subalternos – o PT e os vários movimentos, sindicatos e partidos que têm este compromisso. Não se trata apenas de fazer uma proposta ou de elucidar um ponto, mas de nos reeducarmos. Será que nós, uns e outros, negros e brancos, membros de movimentos, de universidades, de partidos, temos convicções que são anacrônicas, que são equívocas? São bem intencionadas, muito bem intencionadas, mas equívocas? É preciso submeter nossas convicções ao mínimo de crítica, porque elas podem nos induzir a uma atuação ou a defender posições que são anacrônicas, ou insustentáveis do ponto de vista da

dinâmica da sociedade. Nesse sentido, considero que o movimento negro tem uma tarefa pedagógica muito importante, ou seja, contribuir para que o partido, e a esquerda em geral, se reedue, incorporando a questão racial. Isto é fundamental.

Mas, simultaneamente – e é um risco dizer isso –, o movimento negro precisa se reeducar, superar este dilema que foi posto, com razão, no passado, mas que pode ser superado, ou seja, de que o marxismo ou a esquerda e a questão racial são incompatíveis. Não. Nada disso. É um problema de equacionamento. Na verdade é possível encontrar formulações novas e enriquecedoras, mesmo porque nossa tarefa não é só repetir o que sabemos ou o que está nos escritos ou nas experiências; é contribuir para novas propostas, diferentes alternativas. Não é o caso de mostrar ou relembrar, mas são muitas as experiências históricas de diferentes nações que demonstram que é possível avançar em conquistas sociais inventando novas propostas,

novas perspectivas: na Nicarágua sandinista; em Cuba desde 1959; no Chile, uma experiência lindíssima esmagada pela Guerra Fria, pelo imperialismo. São experiências notáveis, diferentes, alternativas, que mostram a fecundidade do movimento social.

Cabe lembrar que em nossa independência, em 1822, quando se reuniu a Assembléia Nacional Constituinte nesse período, discutiu-se longamente quem era brasileiro, quem era cidadão brasileiro. Houve um debate, descrito por José Honório Rodrigues em um livro sobre a Constituinte de 1823. Claro que o resultado foi afirmar que todos, índios, escravos, negros livres, todos eram brasileiros. Mas cidadão brasileiro, isso é outra coisa. Aí entra o problema da propriedade, de ser alfabetizado etc. E continuamos na mesma. Todos somos brasileiros hoje, mas em diferentes níveis, em diferentes categorias.

Há um problema que me fascina, e que está em aberto. A sociedade burguesa, de mercado, competitiva,

ou seja, a sociedade em que vivemos, transforma em estigma os traços fenotípicos das pessoas, suas características físicas, suas marcas – sexo, cor, tipo de cabelo, tipo de nariz, cor da pele. Esse é um grande dilema.

Acontece que o preconceito é uma poderosa técnica de dominação, de controle e dominação social. Então, transformar a marca em estigma é uma poderosa técnica de administração do outro. Como quebrar isso? É difícil. É preciso transformar a máquina da sociedade. A fábrica da sociedade precisa ser transformada para que todos possamos ser diversos, diferentes, plurais e para que a discriminação não nos atinja. Não há dúvida de que é um problema complicado. Qual é o segredo dessa estranha e diabólica máquina da sociedade que transforma os traços fenotípicos, as marcas, os elementos às vezes imponderáveis, em estigmas? Isto está na fábrica da sociedade. Inegavelmente, a sociedade burguesa é uma poderosa fábrica de intolerância, de discriminação. Mes-

mo porque intolerância, discriminação, preconceito são poderosas técnicas de controle e dominação.

Geralda, do PT do Centro, São Paulo, *Capital*

Acompanhando o debate, parece que há uma dicotomia entre a luta pelo socialismo e a resolução dos problemas pela raiz, e essa luta diária pelas conquistas. Na verdade essa discussão que coloca as duas coisas como excludentes é falsa. O teor da luta dos trabalhadores é o mesmo. Temos de combinar a luta pelo socialismo com a luta cotidiana por melhorias eventuais. Falamos muito em cotas, em políticas reparatórias, mas falamos pouco de políticas pedagógicas. Gostaria de saber se o movimento negro tem discutido com os governos democrático-populares sobre usar mecanismos institucionais para termos uma ação real na formação de mentalidades, pois sem isso as políticas reparatórias não se consolidam. As possibilidades que os governos têm para isto são enormes,

e não só para os negros. Isto também não é feito para as mulheres, por exemplo. Enfim, a questão é: como é feita essa conversa com os Executivos sobre formas concretas de operar na formação das mentalidades, por meio da televisão, de materiais pedagógicos que são mandados para as escolas, da formação de professores, de livros pedagógicos etc.?

Paulo Henrique

Sou advogado e moro na cidade de Leme (SP). Também quero tocar nessa questão da tão falada contradição – que, também do meu ponto de vista, é falsa – entre as cotas, as políticas de ação afirmativa e a questão do socialismo. Gostaria de levantar dois pontos.

Sabemos muito bem que essas políticas públicas estão em um contexto liberal, mas a população negra não está preocupada com isso, ela quer ver o resultado, e o resultado imediato. Então como fica essa nossa responsabilidade? Do meu ponto de vista, de certa forma, a

vice-governadora respondeu muito bem a isso. Mas não sei se essa posição é a da maioria do movimento negro dentro do partido ou se é pessoal.

E um outro ponto que gostaria de levantar em relação aos militantes da questão racial no partido é sobre a timidez da posição dessa tendência militante partidária em relação à ação dos possíveis companheiros de partido. Precisamos começar a colocar isso de uma forma um pouco mais dura, porque denunciemos muito bem a direita, que é racista, e não denunciemos a esquerda, que às vezes também é racista. Não vemos muitas nomeações de secretários, de companheiros negros nos nossos governos. É impossível, hoje, pensar em qualquer governo que se estabeleça com a ausência da mulher, e não se discute essa presença do negro dentro do governo. Essas políticas deveriam ser desenvolvidas, e não há denúncia disso na militância negra partidária.

Alexandre Santana

Sou secretário do movimento popular e sindical do município de Guarulhos (SP). Lá o governo municipal é do Partido dos Trabalhadores. Nunca o município de Guarulhos teve uma política de combate ao racismo. Pela primeira vez vemos na peça orçamentária de 2002 uma política de combate ao racismo. É preciso ressaltar que Guarulhos é a segunda maior cidade do estado em população e a terceira em arrecadação. No total do orçamento previsto para 2002, 900 milhões de reais, temos orçados 50 mil reais para o combate ao racismo. Isso é só um detalhe, porque essa política de combate ao racismo, essa peça orçamentária, está atrelada ao Fundo Social de Solidariedade do município de Guarulhos. E o movimento negro do município vem lutando há dez meses para que possamos começar a implantar a Coordenadoria do Negro, da comunidade negra em Guarulhos, sem um caráter assistencialista. Cinquenta mil reais

representam em torno de 4 mil reais por mês, para uma população de 58% de afro-descendentes, ou seja, aproximadamente 600 mil afro-descendentes do município. É muito pouco. Isso, para mim, significa que precisamos urgentemente fazer uma discussão verdadeira dentro do partido sobre a questão racial.

Weber

Moro na Cidade Tiradentes, uma das regiões da periferia da cidade de São Paulo mais afastadas. Costumo dizer que lá fizeram a mesma política de bantus da África do Sul, nos jogaram num dos lugares mais distantes do centro.

Faço parte do Núcleo Cultural Força Ativa, uma organização juvenil. E, na minha condição de jovem, um dos mecanismos que tenho, por exemplo, é fazer a música *rap*. Mas há uma tendência no movimento *hip hop*, por causa dos meios de comunicação, de virar uma mercadoria e perder seu caráter de resistência, até porque o

hip hop é um movimento criado pelos negros, pela juventude negra. Mas hoje a coisa tende para o profissionalismo, tirando essa visão de luta.

Na concepção de vocês, o que poderíamos fazer para procurar resgatar a cultura *hip hop* como um movimento de resistência e de contribuição para um processo de educação?

José Mauro Casemiro

Sou presidente do diretório zonal do PT do bairro da Saúde [São Paulo, Capital]. O grande debate que temos na sociedade, hoje, é a questão da exclusão social. A grande maioria da população está excluída da sociedade, por consequência os negros também. Gostaria que os debatedores se posicionassem em relação a essa questão. Ou seja, a questão da inclusão social, das ditas políticas compensatórias, é um debate que está se travando na sociedade e internamente no partido. Então queria saber, do ponto de vista dessa discussão do negro e do

racismo, da própria questão do socialismo, como os debatedores analisam esse tema.

Gilson Negão

Sou da sociedade comunitária Fala Negão, da Zona Leste de São Paulo, e também do jornal *Consciência Negra*. Acho que é necessário que tenhamos no PT uma nova visão racial sobre essa questão de raça e classe. No último encontro do PT, por exemplo, havia várias teses para debate, mas em todas elas havia muito pouca coisa sobre a questão racial. Esta é uma visão que temos realmente que transformar no partido.

Cláudio Pastor

Sou do PT de Mauá (SP), secretário de Combate ao Racismo do município. Gostaria de fazer uma reflexão. Já ouvi alguns prefeitos do PT, quando provocados em relação ao espaço da comunidade negra em seus governos, dizerem que o Movimento Negro precisa formar quadros para ocupar deter-

minados espaços no governo. E é claro que isso não é verdade, temos quadros, sim. Aqui mesmo, nesse plenário, se fizermos uma pesquisa, vamos encontrar vários quadros capazes de ocupar diversos espaços nos governos.

Fico pensando: será que todos os brancos que estão nos secretariados, nos cargos de primeiro escalão, têm essa capacidade? Porque, pelo que nós entendemos, o negro é obrigado a ser Ph.D, formado, dono disso, daquilo, professor universitário, ter um monte de cursos para ocupar algum espacinho no governo. Mas, quando se escolhem pessoas brancas, a cobrança em relação à “competência” parece menor.

Essa discussão desemboca na questão das coordenadorias. Os negros começam a fazer um movimento dentro do PT e, quando se vai discutir plano de governo, logo alguém diz: “Olha, eu vou lhe dar uma coordenadoria, fica quietinho aí que eu lhe dou uma coordenadoria”. A coordenadoria soa para mim como um brinquedinho para



aquele moleque chorão que fica azucrinando a mãe. Qual é a discussão para se criar essa coordenadoria? Qual é o orçamento para essa coordenadoria? Qual é a sua formulação política, qual a sua estrutura para funcionar?

Góes

Sou do Núcleo Cultural Força Ativa e faço parte do MSU (Movimento dos Sem Universidade). Acho que precisamos deixar mais claro sobre o que estamos falando, pois às vezes parece que se faz uma confusão entre socialismo, socialdemocracia e outras coisas. Precisamos discutir mais a fundo, pois em nenhum momento se tocou aqui na questão da propriedade privada, dos meios de produção. Acho que socialismo é isso, tomar os meios de produção. Se formos considerar o que Engels dizia no livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a exploração e a desigualdade surgiram com a propriedade privada, então nos cabe discutir se o fim

dessas coisas acontecerá com o fim da propriedade privada.

Com relação a políticas de cotas e outras ações afirmativas, tenho uma preocupação que se relaciona novamente com a questão de classe. Por exemplo, se tivermos uma cota de 10% para os negros na USP [Universidade de São Paulo], quem serão esses 10%? Temos que discutir isso também.

Pergunto se os parlamentares, nossos companheiros que elegemos do PT, não têm capacidade de discutir alternativas além da cota. Temos o exemplo do MSU, que apresentou o projeto de universidade popular e apenas um vereador abraçou a causa, em nível municipal. Se tivermos uma universidade na Cidade Tiradentes, bairro da periferia de São Paulo onde quase 100% da população é negra, não há necessidade de ficar discutindo cotas.

Jorge Luiz Aparecido Mateus

Sou de Campinas. Milton Santos, que foi pouco lido pela academia, seja USP, seja Unicamp, dizia

que, no caso do Brasil, a marca predominante é a ambivalência com que a sociedade branca dominante reage quando o tema é a existência no país de um problema negro. Essa equivocação é também duplicidade e pode ser resumida no pensamento de autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni. Para nós, feio não é ter preconceito de cor, mas manifestá-lo.

Então, minha pergunta é dirigida a Luiz Alberto Silva dos Santos, Benedita da Silva e Gevanilda Gomes Santos. Se o Movimento Negro deve superar-se, educar a esquerda e o PT e, sendo um movimento social que vai lutar pelo poder político, não seria o caso da transformação do Movimento Negro em partido político? Como vamos implantar um partido negro e socialista no Brasil hoje? O que vocês acham dessa sugestão, como mulheres e negras brasileiras, já que todos nós, juntos, temos uma tarefa a cumprir e vamos cumpri-la de qualquer maneira.

Clara Charf

Sou militante do movimento revolucionário brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial, e quando foi eleita a primeira bancada comunista, na Constituinte de 1946, havia um deputado negro, foi o único – e muita gente nem sabe disso, só fica sabendo olhando a foto: Claudino da Silva.

A esquerda de um modo geral, ao longo da história, nunca trabalhou essas questões. Mas me alegro de estar em um partido, o PT, que pelo menos formou os setoriais¹⁵. Vamos fazer brevemente uma reunião de todos os setoriais do partido: negros, mulheres, jovens, deficientes físicos etc. etc., o que é novo na história da esquerda. Só há um paralelo, do qual soube há poucos dias, de um setor da esquerda em Israel, que nos visitou aqui na sede do PT, formado também por setoriais, porque em geral a esquerda não se organiza assim.

Há um problema muito importante para a auto-estima tanto da mu-

15. De acordo com o artigo 121 do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, setoriais são “instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados”.

lher como do negro: a questão da auto-educação. O movimento negro não trabalha uma coisa muito importante, que é a história de seus lutadores e lutadoras negros. Isso é fundamental para o processo de auto-estima, porque, quando vemos a relação de homens e mulheres que lutaram para transformar essa sociedade, desde tempos antigos até agora, desde o tempo da escravidão, é muito pouco o que foi recuperado. Não há um grande trabalho de resgate dessas figuras. Por exemplo, na história dos lutadores contra a ditadura militar há vários negros, inclusive Marighella, que nunca foi resgatado pelo movimento negro especificamente, a não ser em poucos exemplos, como figura negra, lutador que deu a vida para transformar essa sociedade.

Há muitas mulheres também. O setorial de mulheres deve fazer um

levantamento das mulheres que morreram assassinadas pela ditadura. Quando vemos a história dos lutadores, há muitos negros, mas a ditadura militar – aliás, a ditadura não, a classe dirigente – dizia que quem lutou contra ela foram apenas os filhos de pequenos burgueses, frustrados, que por isso entraram na luta armada etc. Mas quando pesquisamos vemos que muitos eram trabalhadores e muitos, negros.

A proposta que quero fazer é para que o movimento negro – na luta que a esquerda trava para colocar a questão da discussão de raça, de gênero etc. – utilize essas figuras como fonte de inspiração e de confiança para mostrar que essas pessoas têm a mesma capacidade, o mesmo valor, na luta para transformar essa nação em uma nação socialista.

Respostas

Octavio Ianni

Debates como este, que ocorrem em diferentes contextos, em diferentes lugares, têm a função fundamental de fazer que nos conscientizemos da grande importância do problema racial, que se relaciona com vários outros problemas da sociedade. Provavelmente daí pode resultar um novo programa em que essas questões não entrem apenas como nota de pé de página, mas como itens importantes, já que podem ser cruciais para um projeto de democracia. Por enquanto temos uma democracia nos quadros da ordem social estabelecida. Creio que ela contém espaços conqui-

táveis, mas desde que haja essa contínua tradução daquilo que é o social em político em propostas que tenham a ver com uma redefinição do poder.

Na minha interpretação estamos, em debates como este, trabalhando no sentido de recuperar o diálogo entre a sociedade civil e o Estado. Como o Estado – e o governo – se divorciou da sociedade civil, estamos trabalhando para nos tornarmos um pouco mais conscientes dessa realidade e para assumirmos, como disse o barbudinho do século XIX, para nos conscientizarmos, nos organizarmos e nos movermos a fim de educarmos dura-

mente o Estado. Não há outra saída. Há que educar duramente o Estado. Isto é, pôr os governantes, o aparelho estatal, as instituições diante dos desafios que tenham a ver com as inquietações da sociedade civil. Com isso vamos avançando no sentido da democracia, não só política ou formal, mas também social.

Gevanilda Santos

São muitas perguntas e vários questionamentos. Isto já é um termômetro para começarmos a refletir sobre a influência do Movimento Negro junto aos partidos políticos, e particularmente junto ao PT.

Quero lembrar aqui um senso comum da cultura política brasileira. Toda vez que se discute a relação negro/poder ou negro/esquerda o discurso traz implícito a idéia dos negros como um segmento populacional minoritário. Diante da refutação de que eles são uma maioria populacional logo vem a réplica. Não se está falando da dimensão numérica, e sim do ponto de vista da sua força po-

lítica. As mulheres e os negros são denominados de minorias, porque têm pouca força e expressão política no poder.

Essa idéia como ponto de partida é interessante. Por um lado ela desafia o movimento negro a transformar a quantidade em qualidade. De outro ela impõe às instituições partidárias compartilhar teoria e prática relativa à democratização do poder de forma a garantir a rotatividade dos grupos sociais no poder.

Penso que essa idéia diz respeito à democratização do poder no socialismo. Outra decorrência é que o poder quando conquistado deve servir para promover a distribuição das riquezas. A democracia não se explica apenas na área política, mas também na área econômica e social.

Essa idéia nos remete a uma discussão interessante para avaliarmos em que medida o Partido dos Trabalhadores conseguirá transformar as reivindicações, já apontadas neste seminário, em políticas públicas.

Sabemos que se as forças e/ou governos levarem à risca os objetivos dos seus programas sociais eles vão chegar na ponta, isto é, na periferia e vão atingir a população negra. Sabemos também que todo programa social com recorte de raça e gênero interessa à população negra.

O acúmulo de força política do Movimento Negro resultou na regulamentação dos chamados Conselhos Institucionais.

Nos anos 1980 eles foram constituídos no âmbito federal desde o governo Sarney (1985-1990), no estadual a partir do governo Montoro (1983-1987) e no município de São Paulo teve início no governo de Luiza Erundina (1989-1992).

Aí coloco outra discussão. Esse órgão institucional tem cumprido o seu objetivo que é a defesa dos direitos da população negra?

Cada um encontrará sua resposta. A nossa objetividade maior é encontrar soluções para o negro no Brasil por meio de políticas de maioria, e não de minoria. Essa é a dis-

cussão que a meu ver está subjacente à questão da política afirmativa no Brasil.

No recente período histórico o Movimento Negro se mobilizou para protestar e denunciar o racismo, ele foi vitorioso. Tivemos mobilização em 1988 no período do centenário da Abolição, em 1995 no tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 2000 nos 500 anos de resistência negra, indígena e popular, em 2001 na Conferência de Durban, África do Sul. A negociação com o poder constituído decorrente dessa mobilização nacional resultou em quais estratégias? Na institucionalização de organismo de representação política, na plataforma de ação por direitos sociais e na formação de comissões técnicas de cooperação interministerial que nessa fase atual têm o papel de administrar a implementação das chamadas políticas de ação afirmativas para a população negra no Brasil.

Então, nesse contexto, é muito importante indagar se há uma alternativa para o negro fora do socialis-

mo. Se sim, as observações apontadas aqui nos permitem avaliar se as estratégias até então desenvolvidas estão sendo eficazes para combater o racismo. Se não, podemos afirmar que o sistema alternativo capaz de combater o racismo é o socialismo, então o Movimento Negro deverá aproximar-se mais da sua expressão teórica e prática. Esse é o caminho. Este seminário está enfatizando essa alternativa.

Axé com raça e com classe.

Benedita da Silva

Quero agradecer ao Partido dos Trabalhadores, ao Instituto Cidadania, à Fundação Perseu Abramo e declarar minha satisfação em ter participado deste momento com os professores Octavio Ianni e Gevanilda Santos e com o nosso deputado Luiz Alberto, com a intermediação de Flávio Jorge Rodrigues da Silva. Meus profundos agradecimentos às nossas bases petistas e àqueles que não são do PT, mas que estão conosco hoje assistindo a este debate. O que colocamos aqui teve

por objetivo contribuir com essa iniciativa inédita no Partido dos Trabalhadores e também neste debate sobre socialismo.

Eu dizia para o nosso deputado Luiz Alberto que o PFL fez um debate dessa natureza, sobre a questão racial, há alguns anos e fui convidada, mas não compareci na época porque estava realmente num momento muito acirrado de disputa do Movimento Negro com o meu posicionamento, que é aquela contradição que nós temos. Falamos que é importante eleger um negro e, quando o negro está eleito, ele passa a não estar mais representando, ele leva para colocar como projetos de lei e defender as bandeiras que acumulou na luta durante a sua militância, e o Movimento também se organiza, vai em cima e começa a perguntar: quem te autorizou? Quer dizer, é uma esquizofrenia existente, mas nós até entendemos. Então naquela época eu não participei do debate por conta disso, mas nem por isso deixamos de ver um partido

político tomando a iniciativa, porque é isso que nós queremos, que o negro, em qualquer lugar, esteja realmente organizado e buscando seu espaço.

Quanto a nós que somos de um partido de esquerda, também devemos ter a compreensão de que somos ainda uma grande vanguarda, de que a maioria da população não está nem em partido político, nem no sindicato, nem em associação de moradores, mas há uma outra forma de organização na qual é preciso introduzir essa questão racial, que se movimenta durante todo ano muito mais do que os nossos partidos políticos, nossas associações de moradores e vários movimentos sociais: as escolas de samba.

Quer dizer, elas trabalham em torno disso, são milhares de negros que estão ali envolvidos. As escolas fazem samba que faz homenagem e fala da questão racial, é um verdadeiro livro de história do Brasil que a história oficial não conta, e no entanto não existe de nossa parte um trabalho que possa, nessa

organização, não impor as coisas da gente, mas ter uma participação mais efetiva.

Cuido muito de fazê-lo naquele espaço onde estou. Eu o coloco como um espaço de militância e dou a contribuição para as mulheres e para o Movimento Negro onde estiver; diz-se que o artista deve ir aonde o povo está. Como tenho ido aonde o povo está e sou povo, também temos de uma certa forma trabalhado para que haja um grande debate, uma grande discussão, e por isso é muito saudável este debate, para que o Partido dos Trabalhadores seja verdadeiramente a referência para todo esse universo que trabalhamos.

E de que forma o Partido dos Trabalhadores será essa referência? Havendo de nossa parte a compreensão de que precisamos estar nesses movimentos dentro da organização já existente, estaremos colocando nossa cunha, mas de forma a sermos parceiros. E levando em consideração que o Partido dos Trabalhadores precisa, como os de-



mais partidos, que esse debate tenha um grande desdobramento.

Então, é preciso existir uma parceria do PT com os diferentes movimentos sociais e organizações existentes da sociedade com o Executivo e o Legislativo. Por quê? Porque deve existir uma harmonia. O Partido dos Trabalhadores, em que pesem todos os questionamentos que temos feito, é o partido que tem a maior bancada negra e a maior bancada de mulheres no Brasil.

É importante que estejamos com o Partido dos Trabalhadores nesse desafio, para que no próximo programa do PT essa questão possa estar inserida para valer, como resultado de um compromisso assumido por nós, porque dentro das nossas tendências cada um busca garantir a presença de nossa representação. Os Setoriais foram criados, mas ainda não conseguimos fazer que não tenham apenas uma representação, mas que também possam votar, possam realmente formular políticas que não sejam aceitas apenas no Diretório

Nacional. Políticas que estejam formuladas para ser introduzidas nas questões de políticas públicas para as nossas administrações, de políticas e temas para serem debatidos pelo conjunto do Partido dos Trabalhadores.

Acreditamos fielmente que este debate tenha dado ao PT uma contribuição muito grande; já com o desdobramento da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo iremos complementar o documento, porque não só “vale o que está escrito”, mas valem também os compromissos que teremos de assumir dentro das nossas forças políticas e na direção, para que essas políticas sejam verdadeiramente implementadas em nossas administrações e possam servir como experiência para outros partidos, como têm servido nossas experiências de Bolsa Escola, de Renda Mínima.

Quero crer que essas são ações de inclusão e passam a ser também ações afirmativas na medida em que tenham esse recorte, porque,

apesar de não termos algo pronto e acabado nesse sentido, não somos, como eu já disse, extraterrestres, mas militantes, temos um acúmulo, uma história.

Quando nos pronunciamos, acreditamos que não estamos sós: estamos imbuídos do espírito e do acúmulo que tivemos com a nossa militância; levantamos essa bandeira e legislamos até em causa própria porque o que estamos falando aqui é o que queremos para o PT.

Precisamos que o Instituto Cidania faça esse desdobramento e que as forças políticas no PT possam levar a questão racial como um compromisso. Sabemos que, no Partido dos Trabalhadores, quando introduzimos a política de cotas, esta foi a forma de dar visibilidade à presença da mulher na formulação política e, embora não tenha sido uma unanimidade entre todas nós, entendemos que foi um mecanismo que estimulou e fez avivar na memória dos nossos companheiros que as companheiras também tínhamos condições de estar na direção des-

se partido. E foi muito bom, estou gostando demais de ser da Executiva do Partido dos Trabalhadores porque tem sido um instrumento para dizer às mulheres, inclusive, que esse é também o partido delas.

Quero também dizer que não podemos ficar só na denúncia. No Movimento Negro tivemos duas grandes fases: a primeira foi a da preservação cultural e se aproveitaram muito do fato de estarmos levantando a bandeira cultural, e não disputando o poder. Quando o negro começou a associar a defesa dos seus valores culturais com a conquista do poder, começamos a incomodar. Mas entramos em um denunciismo sem limite, que, quando chega a hora do vamos ver, justifica o fato de constataremos: não temos quadros! Porque como não estamos sempre participando e disputando no debate político outros temas que não os dos negros, de repente parece que só sabemos tratar de assuntos dos negros.

É por isso que a Secretaria realmente tem o papel de, junto co-

nosco, formular uma política racial para o Partido dos Trabalhadores. E nessa instância, que consideramos oficial e tem nosso respaldo, por dentro do partido, apresentar documentos para serem debatidos por nossos pensadores e nossas pensadoras.

É preciso fazer isso. O PT precisa ter uma política de ação afirmativa; acho que as cotas para mulheres foram uma política de ação afirmativa. Agora é preciso trabalhar a questão racial. Todas as pessoas me perguntavam: “Vocês tiveram no PT a cota para as mulheres; vão ter as cotas para os negros?”. Eu não tenho esse acúmulo, não vi em nenhum momento essa questão de cotas para os negros ser levantada. Mas quando ela for levantada, vou apoiá-la como instrumento que vai estimular o debate.

Acho que o *hip hop*, no seu movimento, tem contribuído demais. Eu o considero um dos movimentos de maior consciência hoje. Mas eu dizia para o Luiz Alberto: nós trabalhamos aqui uma questão so-

cial tremenda, o pessoal do *hip hop* também quer acontecer, também quer ter salário. É preciso compreender um pouco isso para fortalecer o movimento, para que não tenhamos que sentir a ausência dos que saem para ganhar dinheiro na televisão, por exemplo. O *hip hop* é um grande movimento que pode nos ajudar no combate ao racismo.

A bancada do Partido dos Trabalhadores em Durban [III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância] não brincou em serviço. Pelo contrário, ela foi ativa em todos os sentidos, está sendo convidada para participar do pós-Durban por causa dos militantes do Partido dos Trabalhadores e de nossos parlamentares que lá estiveram. E eu quero participar disso, como uma pessoa que foi presidente da Conferência Nacional, foi para Durban, fez parte do comitê oficial de governo com a aquiescência do Parti-

do dos Trabalhadores e por meu papel no movimento social, no Movimento Negro, no Parlamento e também no Executivo.

Quero dizer também que precisamos fortalecer cada vez mais o Partido dos Trabalhadores, e essa é uma forma de fortalecê-lo. Sei que temos muitas críticas para fazer, mas também temos muito a contribuir. A flexibilização do acesso é um dos motivos pelos quais temos de nos pautar para discutir a questão de ação afirmativa, equidade ou cotas ou reparações.

Acho que temos, sim, algumas ações que já estão sendo implementadas e que, como eu já disse, se for colocado esse recorte, o Partido dos Trabalhadores vai sair na frente, e não temos que temer a postura do governo federal. Quero saber qual vai ser a nossa postura, o que está colocado como demanda para o PT. Que estamos no capitalismo não é novidade, que o projeto é neoliberal também não. Mas é nesse processo que existimos e existe o Partido dos Trabalhadores,

e é nele que vamos disputar na sociedade civil um projeto diferente do neoliberal.

Então, é neste momento que penso que poderemos, com exigência de conteúdo, dar nossa contribuição.

Luiz Alberto Silva Santos

Também considero este como um momento muito importante, fundamental, quando o PT convoca a todos para um debate estratégico: o negro e o socialismo no Brasil. Acho que isso dispara um debate que por si só já se revelou aqui, em que há uma intensa polêmica. Deveremos continuar aprofundando isso. Disse anteriormente que tanto o amor como o ódio não foram ainda suficientes para nos separar e não vão ser suficientes; pelo contrário, esta relação demonstra a perspectiva que nós, militantes do Movimento Negro, militantes do PT, temos do ponto de vista de que é dada a necessidade de transformar o Brasil.

Precisamos ter um outro país, uma outra sociedade para incorpo-

rar todos, a diversidade brasileira tem de ser expressa nesse projeto. Somos negros, somos brancos, somos índios; portanto, essa diversidade não pode servir como elemento de desigualdade no tratamento das questões no nosso país.

Sobre a questão de como os governos populares, particularmente os do PT, as administrações municipais, estaduais, têm levado essa questão, a resposta é: na verdade, não têm levado. Isso é a expressão do que debatemos aqui, da falta de uma compreensão do partido e da esquerda de um modo geral sobre a questão racial. Ou seja, se essa é a compreensão que ainda persiste no partido, é evidente que isso vai se expressar nas administrações municipais e estaduais.

Eu, particularmente, a partir de um documento gerado no Fórum Nacional de Entidades Negras para a conferência mundial na África do Sul, tenho feito uma peregrinação pelas administrações do PT. Chego lá, sento com o prefeito, e digo: “Olha, tem algumas questões em

que o município pode ajudar”. É evidente que há resistência de um secretário, de uma secretária, mas a idéia é pressionar. Vamos fazer a discussão de forma cada vez mais pública; não quero fazer discussão de gabinete. Quero total exposição do secretário, do prefeito, da prefeita; ele vai ter que dizer se topa ou não topa, se aquela demanda do movimento é correta, importante ou não. Então, o papel que estou cumprindo é o que os nossos parlamentares, a nossa militância, têm de fazer com as administrações.

Sobre a questão dos quadros, é lamentável essa visão que foi mencionada. Na verdade, infelizmente, os nossos quadros não estão postos à exposição nas paredes. Nossos quadros existem, estão aí. Quando se fala que não temos quadros, tem-se uma concepção de quadros para trabalhar numa administração municipal ou estadual. Temos muitos quadros; alguém citou o Milton Santos, por exemplo, ele não é um quadro? Foi um quadro importantíssimo. Citaria outros

quadros importantes, mas infelizmente não se enquadram na moldura. Temos muitos quadros no Brasil que são competentes.

Sobre a questão levantada pelo companheiro de o Movimento Negro tornar-se partido político, acho que pela própria origem do PT, por sua própria base social, o PT poderia ser o nosso CNA (Congresso Nacional Africano). O Lula poderia ser o nosso Nelson Mandela; mas entre poder ser e construir essa possibilidade e querer ser existe um processo muito intenso.

É impressionante termos de afirmar que não podemos mais ser o rodapé do programa, das formulações internas do partido. Mas isso vale para o Brasil inteiro; observe a Bahia. A Bahia é o estado mais negro do Brasil, 90% da população de Salvador é negra, mas não se consegue, na elaboração de um programa de governo para a disputa na sociedade, expressar isso; é uma coisa gravíssima.

Em relação ao que o professor Octavio Ianni disse sobre o Move-

mento Negro ter um papel educador, lembro que os dados estão aí, a realidade está aí. Então eu não preciso pegar ninguém pela mão para mostrar que existe uma realidade, é fácil a percepção da realidade do mundo do trabalho. Mas é fácil a percepção da realidade do mundo da população negra? Não, não é.

Quando se discutiu a questão das cotas para mulheres, não se levantou tanta polêmica como se levantou em relação à cota para os negros. Mas resumir o debate a isso é rebaixar demais o debate da questão racial brasileira. Não podemos nos restringir a ações políticas pontuais aqui e acolá.

Defendo que o PT precisa apresentar para a população brasileira um programa que diga: nós vamos resgatar dívidas que essa sociedade tem com a população negra brasileira. É um programa denso, não são “politicazinhas” específicas aqui e acolá. É um programa denso como aquele que apresentou Nelson Mandela quando ganhou o



governo: o programa de reconstrução e desenvolvimento da África do Sul, que era exclusivamente ou totalmente vinculado ao resgate da população negra naquele país.

Somos a segunda maior população negra do planeta, temos de dar uma resposta. Aquilo que aconteceu na conferência da África do Sul foi lamentável: a delegação brasileira, do governo brasileiro (FHC) não tinha negros, um absurdo.

Esse debate inaugura uma fase importantíssima do partido. Quero que ele se reflita nos próximos debates no PT. Espero que seja um processo que não tenha interrupção, pois se trata de um debate sobre aquilo que considero fundamental para apontar os caminhos para uma nova sociedade no Brasil. Concorde com a Benedita da Silva

quando diz que num debate sobre a questão negra e o socialismo não deve haver só negros na mesa. Acho que o nosso presidente tinha que estar aqui, participando do debate; nosso futuro candidato a governador de São Paulo tem de estar aqui discutindo conosco. E todos deveriam pensar: quero participar de um debate sobre o negro e o socialismo; quero participar do debate do programa econômico; quero participar do debate sobre as mulheres e o socialismo; sobre o meio ambiente e o socialismo. Quero ter uma visão global daquilo que vamos construir, não quero departamentalizar essa discussão. Acho que o PT tem de pegar isso como uma questão ampla, global, e não como uma coisa localizada e, de certa forma, de gueto.

Sobre os autores

Octavio Ianni

Professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Formou-se em ciências sociais na USP, onde fez mestrado, doutorado e livre-docência. Foi professor em universidades brasileiras, entre as quais a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de Campinas (Unicamp), e em países como México, Estados Unidos, Espanha e Itália.

Algumas de suas obras são: *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960, em colaboração), *Homem e sociedade* (1961), *Metamorfoses do escravo* (1962), *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1963), *Política e revolução social no Brasil* (1965), *Estado e capitalismo no Brasil* (1965), *O colapso do populismo no Brasil* (1968), *A formação do Estado populista na América Latina* (1975), *Imperialismo e cultura* (1976), *Escravidão e racismo* (1978), *A ditadura do grande capital* (1981), *Revolução e cultura* (1983), *Classe e nação* (1986), *Dialética e capitalismo* (1987), *Ensaios de sociologia da cultura* (1991), *A sociedade global* (1992), *Enigmas da modernidade-mundo* (2001), *Desafios da globalização* (2002) e *Capitalismo, violência e terrorismo* (2004).

Benedita da Silva

Graduada em estudos sociais, iniciou carreira pública em 1982, quando foi eleita vereadora na cidade do Rio de Janeiro. Em 1986, elegeu-se deputada federal e participou da Assembléia Nacional Constituinte, em que atuou como titular da Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias. Em 1994, tornou-se a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado. Foi eleita vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998 na chapa de Anthony Garotinho e assumiu o governo em abril de 2002. Em 2001, presidiu a Conferência Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que reuniu mais de 10 mil pessoas de todo país, entre lideranças de ONGs e governos. Em 2003, foi ministra da Assistência Social do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Gevanilda Santos

Graduada em história e mestre em sociologia política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É professora na Faculdade de Comunicação da Fundação Armando Álvares Penteado, em São Paulo, dedica-se a pesquisa no campo das desigualdades sociorraciais e é coordenadora da Soweto Organização Negra, uma entidade do movimento negro paulista. Em 2003 participou do projeto editorial *Race and Democracy in the Americas*, em co-autoria com pesquisadores brasileiros e norte-americanos, organizado por Georgia A. Persons (Transaction Publishers, New Brunswick, New Jersey).

Luiz Alberto Silva Santos

Deputado federal pelo PT/BA. Sua trajetória política iniciou-se na década de 1970, em atividades de organização de associações de moradores, movimentos populares e sindicatos em diversos bairros de Salvador. Ainda nos anos 1970, foi um dos membros fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia. Em seu terceiro mandato de deputado federal (2003-2006), agrega a essas lutas a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

Programa do terceiro ciclo de seminários Socialismo e Democracia, realizado no segundo semestre de 2001

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

15 de outubro – Segunda-feira

14:00 horas

A luta pelo socialismo no século XXI

Expositor: Marco Aurélio Garcia – Secretário de Cultura da Prefeitura de São Paulo/SP.

Debatedores:

Juarez Guimarães – professor da UFMG

Valter Pomar – 3º vice-presidente do PT

18:30 horas

22 de outubro – Segunda-feira

14:00 horas

O negro e o socialismo

Expositor: Octavio Ianni – professor da USP

Debatedores(as):

Benedita da Silva – vice-governadora do Rio de Janeiro

Gevanilda Santos – Soweto – organização negra

Luiz Alberto Silva Santos – Deputado Federal PT/BA, militante do Movimento Negro unificado

5 de novembro – Segunda-feira

14:00 horas

O meio ambiente e o socialismo

Expositor: Jorge Viana – governador do Acre

Debatedores:

Gilney Amorim Viana – Deputado Estadual PT/MT e Secretário Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento/PT

Egídio Brunetto – Direção nacional do MST

12 de novembro – Segunda-feira

14:00 horas

A mulher e o socialismo

Expositora: Maria Moraes – professora da Unicamp

Debatedoras:

Clara Charf – Coletivo da Secretaria Nacional de Mulheres/PT

Tatau Godinho – Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura de São Paulo/SP

Vera Soares – Elisabeth Lobo Assessoria – ELAS

19 de novembro – Segunda-feira

14:00 horas

A religião e o socialismo

Expositor: Patrus Ananias – Ex-prefeito de Belo Horizonte/MG

Debatedores:

Gilmar Machado – Deputado federal PT/MG, Integrante do Movimento Evangélico Progressista/MEP

Luiz Alberto Gomes de Souza – Sociólogo – CERIS/RJ

Leia também da coleção

Socialismo em discussão

1º ciclo

Globalização e socialismo

Maria da Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoíno

Economia socialista

Paul Singer e João Machado

O indivíduo no socialismo

Leandro Konder e Frei Betto

Instituições políticas no socialismo

Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu

2º ciclo

Orçamento participativo e socialismo

Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

Poder local e socialismo

Celso Daniel, Maria Silva, Miguel Rossetto e Ladislau Dowbor

Socialismo e globalização financeira

Reinaldo Gonçalves, João Sayad, Ronald Rocha e Tânia Bacelar

Sindicatos, cooperativas e socialismo

Fernando Haddad, Ricardo Antunes, Gilmar Mauro e Gilmar Carneiro

Revolução tecnológica, internet e socialismo

Laymert Garcia dos Santos, Maria Rita Kehl, Walter Pinheiro e Bernardo Kucinski

O negro e o socialismo foi impresso em São Paulo pela Gráfica Bartira em janeiro de 2005, ano do V Fórum Social Mundial, realizado de 26 a 31 de janeiro na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. A tiragem foi de 3 mil exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 11,5/13,3/95%. A capa foi impressa em papel Cartão Carta Íntegra 222g; o miolo foi impresso em Offset 75g.